



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS
CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

RAQUEL RYBANDT

**EFEITOS DE UNIDADE E DIVERSIDADE NA
ESCRITURA BRASILEIRA DA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA**

**CHAPECÓ
2014**

RAQUEL RYBANDT

**EFEITOS DE UNIDADE E DIVERSIDADE NA
ESCRITURA BRASILEIRA DA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, na Área de Concentração Linguística, Linha de Pesquisa Práticas Discursivas e Subjetividades.

Orientador: Prof. Dr. José Simão da Silva Sobrinho

CHAPECÓ
2014

DGIDGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Soares, Paulo Acácio Amaranta Vasconcelos
Sylvio Back: Cinema histórico noutra margem/ Paulo
Acácio Amaranta Vasconcelos Soares. -- 2014.
84 f. : il.

Orientador: Ricardo Machado.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História
, Chapecó, SC, 2014.

1. História - Cinema. 2. Cinema Histórico. I.
Machado, Ricardo, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III. Título.

RAQUEL RYBANDT

**EFEITOS DE UNIDADE E DIVERSIDADE NA
ESCRITURA BRASILEIRA DA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, defendido em banca examinadora em 27/11/2014

Orientador: Prof. Dr. José Simão da Silva Sobrinho

Aprovado em: 27/11/2014

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Simão da Silva Sobrinho – UFFS



Prof. Dr. Valdir Prigol – UFES



Profª. Dra. Carme Schons – UPF

Chapecó/SC, novembro de 2014.

A Rosilene e Rafael, meu exemplo e força.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo incentivo incondicional.

Aos amigos, de perto ou de longe, sempre presentes.

Ao meu orientador, pela paciência e sabedoria em todos os ensinamentos.

Aos colegas e amigas de mestrado, pelas trocas de conhecimento e experiência.

Àqueles que, ao seu modo, fizeram/fazem parte e contribuíram para essa caminhada.

À FAPESC, pelo apoio necessário.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar discursivamente o processo de escritura brasileira da história da Língua Portuguesa, considerando-se a escritura como efeito da relação da língua com a história. Mais especificamente, para compreendermos a escritura da História da Língua Portuguesa, analisamos os efeitos de unidade e diversidade nas gramáticas brasileiras, considerando quais efeitos de (des)continuidade e apagamentos esses discursos produzem, e como engendram sentidos na história da língua. Para isso, temos como perguntas de pesquisa: (i) Quais são os efeitos de unidade e diversidade produzidos na escritura da história da Língua Portuguesa no Brasil? (ii) A que concepção de língua está filiada essa escritura? (iii) Que política de línguas é sustentada por essa escritura da história da Língua Portuguesa? O arquivo para tal estudo é composto por textos de gramáticas de autores brasileiros que abordam a história da Língua Portuguesa. Neste arquivo, recortamos para análise sequências discursivas nas quais se formulam sentidos para unidade e diversidade da língua, sentidos que são analisados pela filiação das sequências às formações discursivas e ideológicas. Concluímos que a discursividade da colonização é predominante. Funcionam nas gramáticas analisadas sentidos de uma política linguística que homogeneiza a língua, mas essa discursividade não trabalha livre da contradição, pois compreendemos que o discurso da descolonização funciona no discurso colonizador, e vice-versa. A pesquisa foi realizada na perspectiva da História das Ideias Linguísticas, articulada à Análise de Discurso desenvolvida, sobretudo, a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux e de Eni Orlandi.

Palavras-chave: História da Língua Portuguesa. România. Lusofonia. Descolonização. Determinação Discursiva.

ABSTRACT

This study aims to analyze discursively the process of the Brazilian deed of the history of the Portuguese language, considering the deed like effect of the relation of the language with the history. Specifically, to understand the deed of the History of the Portuguese Language, we analyze the effects of unity and diversity on the Brazilian grammars, considering what are the effects of the (dis)continuity and deletion these discourses produce, and how they engender senses on language history. Thereunto, we have as research questions: (i) what are the effects of unity and diversity made in the deed of the Portuguese Language history in Brazil. (ii) What is the conception that this deed is affiliate? (iii) What politics of languages is hold for this deed of the Portuguese Language history? The file to this research is compound for a text of grammars written by Brazilian authors that approaches the history of Portuguese Language. To the analysis, we cut at the file, discursive sequences, in which are formed senses of unity and diversity of the language, senses of are analyzed for the filiation of the sequences to discursive and ideological formation. We conclude that the discourse of colonization is predominant. At the analyzed grammars work senses of a linguistic politic that homogenize the language, but this discourse does not work free of the contradiction, because, we understand that the discourse of decolonization works on the discourse of the colonizer and contrariwise. The research was conducted at the perspective of History of the Linguistic Ideas, articulated to Discourse Analysis developed, mainly, from the studies by Michel Pêcheux and Eni Orlandi.

Keywords: History of Portuguese Language. Romania. Lusophony. Decolonization. Discursive Determination.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DISCURSIVO: HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL	14
2.1	A GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA DO PORTUGUÊS.....	14
2.2	HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GRAMÁTICA BRASILEIRA	27
2.3	SABER HISTÓRICO, MEMÓRIA, DISCURSO	35
3	HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA E COLONIZAÇÃO	39
3.1	A DISCURSIVIDADE DA LUSOFONIA	39
3.1.1.	România imaginária e a unidade do Português	41
3.1.2.	CPLP, mundialização e a unidade imaginária do Português	53
4	HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA E DESCOLONIZAÇÃO	63
4.1	A DISCURSIVIDADE DA DESCOLONIZAÇÃO	63
4.2	A CONTRADIÇÃO NA HISTÓRIA BRASILEIRA DA LÍNGUA PORTUGUESA ..	68
4.3	HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA: A PERSPECTIVA DA HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS	75
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS	80

1 INTRODUÇÃO

Definimos como tema desta pesquisa os efeitos de unidade e diversidade na escritura brasileira da história da Língua Portuguesa, pensando a escritura como o efeito da relação da língua com a história. Mais especificamente, analisamos os efeitos de unidade e diversidade no discurso de gramáticas brasileiras, considerando como engendram sentidos na história da língua. Para tal construímos nosso arquivo com gramáticas de autores brasileiros (re)editadas a partir de 1996 e até 2014, ano desta pesquisa. Consideramos como marco inicial para a composição do arquivo a constituição da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), no ano de 1996, compreendendo que essa organização (re)produz a unidade linguística imaginária de Portugal e suas ex-colônias (BRANCO, 2013).

A partir da perspectiva da História das Ideias Linguísticas e da Análise de Discurso, sobretudo com os trabalhos de Eni Orlandi e Michel Pêcheux, empreendemos os recortes nas gramáticas de autores brasileiros, selecionadas para analisar a discursividade e os efeitos de sentido que se constroem na escritura brasileira da história da Língua Portuguesa.

Consideramos produtiva a distinção que Certeau (1982; 1994) faz entre escrita e escritura, mantendo a escrita no domínio do ato de escrever, e designando por escritura “a atividade concreta que consiste em construir um texto, sobre um espaço próprio, a página, e que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado” (CERTEAU, 1994, p. 225). Por meio desta distinção é que pensamos a escritura como construção de sentidos, produzindo efeitos na história. Como formula o autor, é um “corte voluntarista”, uma seleção entre o que pode ser ‘compreendido’ e o que deve ser esquecido para chegar a uma inteligibilidade presente (CERTEAU, 1982). Discursivamente, consideramos que o “corte”, a “seleção” são efeitos ideológicos.

Há a possibilidade de compreensão do conceito de “escritura” por outros autores, como Barthes, Derrida, Lacan. Esses autores, e outros que aqui não foram referidos, desenvolvem conceitos diferentes de escritura.

Para este trabalho, adotamos o modo de compreensão de Certeau quanto à escritura. Pensamos que a concepção de escritura em seu vínculo com o social e o político, nos permite refletir sobre o trabalho de “montagem” e “edição”, produção de uma história que não é natural, mas sim construída. Foi a partir desta perspectiva que buscamos

analisar a escritura brasileira da história da Língua Portuguesa, suas filiações, relações e vinculações. Dentre essas vinculações, depreendemos a filiação de sentidos à lusofonia, que conforma sentidos à determinação do nome România e à CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), e, também, a filiação de sentidos à descolonização linguística, ou seja, o efeito de sentidos que tira a referência da Língua Portuguesa da Europa e a transfere para o Brasil.

Compreendemos que, após o final do século XIX, com a gramatização brasileira do português, foi formado no Brasil um novo “espaço de produção linguística” (ORLANDI, 2001, p. 24). No entanto, reproduz-se um sentido que filia a língua nacional do Brasil à Europa ou ao Latim, mantendo uma determinada unidade linguística imaginária entre Portugal e suas ex-colônias. Essa filiação, essa permanência, produz sentidos na história da Língua Portuguesa, no espaço político e social em que se inscreve.

Pelas análises, compreendemos que a escritura brasileira da história da Língua Portuguesa inscreve sentidos produzidos nas condições de produção da colonização linguística. A colonização já não existe mais quando as gramáticas analisadas foram (re)editadas, porém, os sentidos da colonização continuam a se inscrever, ressoam no discurso dos gramáticos hoje e constituem o modo como a história da Língua Portuguesa é “contada”, formulada pelos autores. Compreendemos, juntamente com Mariani (2004), a colonização como um encontro de pelo menos dois imaginários linguísticos; a colonização “é um discurso que se impõe pela força e pela escrita, ou melhor, impõe-se com a força institucionalizadora de uma língua escrita gramatizada que já traz consigo uma memória, a memória do colonizador sobre a sua própria história e sobre a sua própria língua” (MARIANI, 2004, p. 24).

Mariani (2004) analisa que as línguas colonizadas são significadas por meio de uma discursividade (re)produzida do/pelo colonizador, uma escritura de sua história. Concordamos com Mariani (2004) ao afirmar que a colonização linguística não pressupõe, necessariamente, a dominação de um território, mas sim a filiação de uma memória de sentidos a outra língua.

No material que analisamos, o discurso da colonização continua produzindo efeitos na estabilização de sentidos para a relação entre a história da Língua Portuguesa e o Latim. Produz-se um efeito de continuidade entre essas línguas. Essa escritura da história da língua nacional do Brasil, pela inscrição na história do Português europeu, apaga que a língua brasileira teve origens no contato da língua do colonizador com línguas africanas, indígenas, de imigração. Apaga, enfim, que o Português brasileiro é uma língua diferente

do Português Europeu, são línguas que funcionam sob a aparência do mesmo, mas são diferentes, porque têm histórias diferentes.

Outra filiação de sentidos na escritura história da Língua Portuguesa que compreendemos foi a inscrição da discursividade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Entendemos a CPLP como um efeito prático da construção de uma discursividade da unidade da língua, que reúne países membros em virtude do que consideram uma mesma língua.

Depreendemos sentidos, também, da descolonização linguística. Nas condições de produção da descolonização, os sentidos são construídos tendo como referência não mais a posição discursiva do colonizador.

Compreendemos que a produção de efeitos de sentidos na escritura da história de uma língua nacional é sustentada por políticas de línguas, que são aqui entendidas como mecanismos de institucionalização, de legitimação de uma língua do Estado. Nesse processo de produção da língua nacional existe uma relação entre como essa língua se relaciona com seus falantes (a dinâmica do poder de quem impõe a língua e a submissão ou resistência de quem a fala), e como essa relação entre os falantes e a língua sustenta a produção de um Estado, uma nação.

A escritura da história da língua é política. Tomamos o político como uma relação entre línguas, sujeitos e saberes sobre as línguas. Concordamos com a formulação de Orlandi (2007, p. 8) de que “não há a possibilidade de se ter uma língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político”. Por isso, pensar nas políticas de línguas significa pensar a relação dos sujeitos com as línguas no espaço político.

Por uma compreensão discursiva da linguagem e da sociedade, que considera as relações do simbólico com o político como sendo constitutivas dos sujeitos e dos sentidos, assumimos que a história da língua e a constituição da sociedade estão articuladas. Buscamos compreender aspectos dessa articulação, considerando que essa compreensão pode contribuir para a transformação da sociedade, na medida em que pode intervir no modo como a sociedade elabora a relação entre a unidade imaginária e a diversidade concreta.

O trabalho que aqui se apresenta foi desenvolvido nessa perspectiva teórica. No **Capítulo 2**, apresentamos nosso objeto de análise, a unidade e diversidade na escritura da história da Língua Portuguesa, bem como a metodologia utilizada nas análises. Este capítulo ainda trata da história da Língua Portuguesa nas gramáticas brasileiras e discute o saber histórico, a memória e o discurso.

O **Capítulo 3** apresenta uma das discursividades que produz sentidos na história da Língua Portuguesa, a da lusofonia. Essa discursividade funciona pela filiação da história da língua à România, por meio da relação da Língua Portuguesa com o Latim, e pela vinculação à CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), que engendra sentidos da mundialização para o Português.

No **Capítulo 4**, tratamos do discurso da descolonização, que historiciza a língua a partir de uma perspectiva deste lado do Atlântico, e também está presente nas gramáticas brasileiras analisadas. Neste capítulo, trabalhamos com o conceito de contradição, ou seja, compreendemos funcionarem juntas as discursividades da colonização e da descolonização, há o trabalho de uma na outra.

No quarto e último capítulo, abordamos uma perspectiva diferente de análise da história da Língua Portuguesa, a da História das Ideias Linguísticas no Brasil.

A questão da produção da história da língua articula sujeito, Estado e ciência. Tomando como objeto de estudo os efeitos de unidade e diversidade na escritura brasileira da história do conhecimento linguístico produzido em gramáticas, (re)editadas após a criação da CPLP, concluímos que a discursividade da lusofonia é predominante nesses instrumentos linguísticos selecionados em nosso arquivo. Funcionam nessas gramáticas sentidos de uma política que homogeneíza a língua, mas essa discursividade não se inscreve livre da contradição, pois compreendemos que há, também, o funcionamento do discurso da descolonização, produzindo deslizamentos de sentidos, diferentes formas de compreender a história brasileira da Língua Portuguesa.

2 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DISCURSIVO: HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Neste capítulo apresentaremos nosso objeto de análise, a unidade e diversidade na escritura da história da Língua Portuguesa. Para isso, filiamo-nos à perspectiva da História das Ideias Linguísticas (HIL), articulada à Análise de Discurso (AD). Nesta perspectiva, iniciaremos tratando da HIL, como ela se constitui no Brasil e qual seu principal objeto de estudo. Posteriormente, abordaremos a gramatização brasileira do português, as primeiras gramáticas e como se deu a autoria dos primeiros instrumentos linguísticos brasileiros, até chegarmos ao nosso material de análise, gramáticas escritas por brasileiros após a constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Em um segundo momento, ainda neste capítulo, esclarecemos ao leitor nossa filiação teórica, alguns conceitos essenciais para nossa pesquisa e, principalmente, trazemos as discursividades que compreendemos estar presentes no arquivo desta pesquisa. Para fechar este capítulo inicial, tratamos do que entendemos por saber histórico, memória e discurso, e como isso funciona em nosso trabalho.

2.1 A GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA DO PORTUGUÊS

A articulação entre História das Ideias Linguísticas (HIL) e a Análise de Discurso (AD), perspectiva na qual nos inserimos, tem sido muito produtiva na construção de conhecimento no Brasil. Tanto a HIL quanto a AD tem seus próprios métodos, no entanto, as questões que uma coloca a outra produzem certo modo de conhecimento sobre a língua e as ciências da linguagem (NUNES, 2008, p. 109).

A HIL no Brasil tem início no grupo conduzido por Eni Orlandi (Unicamp), em parceria com Sylvain Auroux (Paris VII). Para a produção de conhecimento nesse grupo, a particularidade de o Brasil ser um país de colonização é muito relevante, pois “aliamos, ao estudo da produção do conhecimento sobre a língua, a história de constituição da própria língua” (ORLANDI, 2001, p. 12). São condições próprias à história da língua brasileira que interessam, já que ao tratar das ideias linguísticas, “referimo-nos à definição da língua, à construção de um saber sobre a língua, à produção de instrumentos tecnológicos que lhe são ligados e também à sua relação com a história do povo que a fala” (ORLANDI, GUIMARÃES, 2001, p. 32).

Para a HIL as gramáticas e dicionários constituem-se como instrumentos linguísticos, que possuem relação com a sociedade e a história (NUNES, 2008, p. 110). Por compreender que há modos diferentes de os instrumentos linguísticos textualizarem a/na história, pensamos especificamente, neste trabalho, como as gramáticas brasileiras produzem a escritura brasileira da história da Língua Portuguesa. Compreendemos que a história da língua se constrói com as tecnologias linguísticas, estas que “não são somente os produtos de um saber mas que contribuem para a construção dos fatos da língua” (ORLANDI, GUIMARÃES, 2001, p. 33).

As tecnologias linguísticas foram desenvolvidas nos processos de gramatização das línguas, por isso consideramos importante destacar que, a partir do Renascimento, ocorreu o que Auroux (2009, p. 65) denominou “a revolução tecnológica da gramatização”. Antes disso eram raras as línguas que possuíam gramáticas e dicionários. A gramatização foi a segunda grande revolução tecno-linguística que o mundo presenciou, a primeira foi a invenção da escrita. Com Auroux (2009, p. 65, grifos do autor), entendemos a gramatização como “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Compreendemos com o autor que a gramatização exerceu tão grande influência na história da humanidade quanto a revolução agrária ou a Revolução Industrial.

Assumimos com Auroux (2009, p. 50) que houve duas principais causas para a gramatização massiva. A primeira foi a necessidade de aprender outras línguas, e como interesse prático para este aprendizado, o autor apresenta: o acesso a uma língua de administração, a um *corpus* de textos sagrados, a uma língua de cultura; bem como desenvolver relações comerciais e políticas, viagens; e promover a implantação/exportação de uma doutrina religiosa e a colonização. A segunda causa diz respeito à “política de uma língua dada”, com os interesses de organizar e regular uma língua literária e desenvolver uma política de expansão linguística de uso interno ou externo.

Portugal, desde o século XVI, preocupou-se em estabelecer o seu vernáculo, conforme afirma Leite (2007, p. 81), principalmente direcionado à questão da “relevância do português como língua de cultura”. Inicialmente, portanto, a gramatização do português deveu-se ao fato da tentativa de “elevação” da língua, ou seja, para marcar a importância da língua, Portugal passou a normatizá-la e, tanto quanto possível, buscou

uma descrição etimológica que vinculou o Português ao Latim, língua de tradição e de cultura.

Juntamente com Leite (2007, p. 80, grifo da autora), assumimos que acompanhando a criação das primeiras gramáticas estava a questão da normatização, a sistematização da língua para a “construção de uma *tradição* linguístico-cultural, pelo estabelecimento de seus instrumentos de cultura: a gramática, o dicionário e a literatura em língua nacional”. Como explica a autora, as primeiras gramáticas sobre a Língua Portuguesa são a “*Grammatica da lingoagem portuguesa*, publicada em 1536, por Fernão de Oliveira, e a *Grammatica da linguagem portuguesa*, de João de Barros, publicada em 1540” (LEITE, 2007, p. 80).

Essa língua d’além mar, instituída nas gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros, ainda no final do século XVI, foi transferida para as condições de produção brasileiras, “apresentando um funcionamento jurídico-administrativo que legitima a realeza, é louvada pela literatura, usada nas traduções e já começa a ser ensinada”, conforme explica Mariani (2004, p. 26).

Assim como a autora, compreendemos que o processo de colonização ideológica se mostra presente no final do século XVI e “supõe a imposição de idéias lingüísticas vigentes na metrópole e um imaginário colonizador enlaçando língua e nação em um projeto único” (MARIANI, 2004, p. 25). Esse processo de colonização linguística começa a ser construído desde as primeiras cartas de Pero Vaz de Caminha, portanto entendemos, como Mariani (2004, p. 26, grifo da autora), que a norma escrita, gramatizada, que atravessa o oceano, funciona para afirmar a dominação portuguesa, com uma “*nobre filiação*” para formar uma memória linguística de tradição para a língua agora trazida para o Brasil.

Quando os portugueses transferiram a língua para o Brasil, criou-se um espaço de interpretação que produzia “deslizamentos de sentidos, efeitos metafóricos diferentes entre o português do Brasil e o de Portugal” (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 33). O movimento de sentidos em funcionamento na colonização estava nos limites do dizer, o discurso da colonização significava de modo diferente no espaço de interpretação que se passava a construir no Brasil. Isto, pois entendemos com Pêcheux (2010, p. 81) o discurso como “efeito de sentidos’ entre os pontos A e B”, considerando ainda que “A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social”.

Concordamos com Orlandi (2002) que é uma memória histórica produzida da relação com a linguagem e com os sentidos, pelas filiações, para construir um imaginário

social que permite ao brasileiro a construção de sua nação. Portanto, com a gramatização brasileira do português, quando se confirmam outras condições e novas práticas, ganhava visibilidade uma clivagem, uma “disjunção obrigada” pela qual a língua brasileira se afastava daquela de Portugal, significando a partir de uma memória heterogênea, polissêmica (ORLANDI, 2002. p. 27).

Mesmo compreendendo que essa disjunção tenha ocorrido desde a vinda dos primeiros portugueses ao Brasil, assumimos que foi a partir do acontecimento da gramatização que ela começou a ganhar maior notoriedade. Essa disjunção afetou a materialidade da língua brasileira que passou a se constituir e a fazer sentido em uma memória linguística nacional. Compreendemos, com Orlandi (2002, p. 33), que houve a transferência da língua da Europa para o Brasil, ou seja, discursivamente consideramos que na reterritorialização da Língua Portuguesa “há trabalho da memória local, do saber discursivo produzindo deslizamentos historicizados”.

Assumimos, discursivamente, o acontecimento assim como Pêcheux (2006, p. 17) formula “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. Complementamos, ainda, concordando que “o acontecimento discursivo não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2010, p. 164). Como acontecimento, a gramatização brasileira do Português produziu deslocamentos na memória do conhecimento linguístico produzido por Portugal.

A diferença que se constituiu historicamente ganhou visibilidade com a gramatização do português no Brasil, a partir do final do século XIX, produzindo consequências políticas importantes, resultou na institucionalização de uma “língua brasileira”, criando um “novo espaço de produção linguística” (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 24). Por este espaço entendemos, juntamente com os autores, a construção de tecnologia e instituições que sustentavam um saber que confirmava ao Brasil que ele “sabe a sua língua”. A instrumentação da língua que ocorreu no Brasil não condiz, necessariamente, com a criação de uma outra gramática, mas principalmente com o fato de que ela se distancia da tradição gramatical portuguesa em geral. Este processo de se afastar da Língua Portuguesa de Portugal está fortemente ligado ao ensino da Língua Portuguesa no Brasil. Neste sentido, assumimos que

O processo de gramatização brasileiro é fortemente marcado, de um lado, pela relação que o Brasil teve com as idéias filosóficas e científicas de outros países diferentes de Portugal e, de outro, pela instituição escolar brasileira que foi posta em funcionamento a partir da fundação do Colégio Dom Pedro II. (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 25).

Como instrumento principal no início da gramatização brasileira do português, Orlandi e Guimarães (2001) apontam o “Programa de Português para os Exames Preparatórios”, organizado por Fausto Barreto, a fim de elencar conteúdos dos exames que eram condição para a entrada nos cursos universitários à época. Após esse Programa, datado do ano de 1887, muitas gramáticas passaram a ser produzidas por brasileiros. Como podemos verificar, entre essas gramáticas que passaram a ser construídas estão, por exemplo: *Grammatica Portugueza Exame de Portuguez 3º ano*, de João Ribeiro (1889); *Grammatica Portugueza Cuidadosamente Revista*, de Julio Ribeiro (1899); *Grammatica Portugueza*, de Augusto Freire da Silva (1894); *Grammatica Portuguesa (Para uso dos alumnos dos Lyceus)*, de António Garcia Ribeiro de Vasconcellos (1909); e a *Grammatica Portugueza Aumentada (Adoptada na Escola Normal do Districto Federal)*, de Hemetério José dos Santos (1913).

Consideramos, com Orlandi (2002), que a partir das mudanças políticas no espaço brasileiro, principalmente após a Independência, desenvolveram-se as condições necessárias para a produção de gramáticas brasileiras, escritas a partir da existência e afirmação de uma “função-autor-brasileiro da gramática” (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 28). Isso permite que o brasileiro se diga e se signifique de uma maneira diferente, que não aquela imposta pela história portuguesa.

Dessa maneira, entendemos que a conjuntura social e intelectual proporcionava, neste momento do século XIX, as condições necessárias para a produção de tecnologias linguísticas construídas por brasileiros, sobre a língua nacional. Existiam condições propícias para a criação de instrumentos linguísticos do país, e essa instrumentação também se tornava uma necessidade perante a construção da língua nacional.

É o gramático brasileiro, por ser “homem de ciência e ter uma posição de autoridade” (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 28) que é responsável pela autoria do conhecimento linguístico no Brasil. Com esse deslocamento da autoria, de Portugal para o Brasil, houve a legitimação da nossa escrita e, como afirma Silva Sobrinho (2011, p. 25-26), “a partir de então, passamos a ter uma escrita brasileira, legítima, que estrutura a nossa sociedade, que constitui as nossas relações sociais, que conforma o nosso imaginário social”. A posição que o gramático brasileiro ocupa não é mais de reprodução

do saber linguístico português, é sim de produção de um saber autêntico da sociedade brasileira, com uma escrita própria e instrumentos linguísticos de autoria nacional, sobre a língua nacional.

Concordamos com Orlandi (2002, p. 204) que, no século XIX, a escrita das gramáticas brasileiras, e as instituições então criadas (Colégio Pedro II, Academia de Letras, Biblioteca Nacional), mudam a relação do brasileiro com a Língua Portuguesa, com Portugal e com as variações do português falado no Brasil (institui-se o padrão linguístico nacional). É possível, assim, afirmar com a autora que “ver a gramática como objeto histórico – e não apenas normativo – permite considerá-la parte da organização da sociedade e da população”. São novas condições que produzem um imaginário diferente sobre a língua, o povo e a nação brasileira.

Discursivamente, assumimos a força que a imagem possui no dizer, “o imaginário faz necessariamente parte da linguagem” (ORLANDI, 2013, p. 42) e condiciona os sujeitos em suas discursividades. O modo como as relações de poder são conformadas historicamente se inscrevem no discurso. A imagem “se constitui no confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições”, como afirma Orlandi (2013, p. 42). Compreendemos, desse modo, que a gramatização de uma língua é parte da história dessa língua e constitui um novo espaço político-social. A construção das gramáticas brasileiras do português, no final do século XIX, colaborou para a produção de uma língua e de um imaginário nacional brasileiro.

Pensamos que o surgimento das gramáticas da língua nacional brasileira configura o espaço nacional. Com Auroux (2009, p. 70), “não entendemos a gramática como uma simples descrição da linguagem natural; é preciso concebê-la também como um instrumento linguístico, e o aparecimento destes não deixa intactas as práticas linguísticas”. Tomamos por instrumentos linguísticos, dadas as particularidades da história brasileira (SILVA SOBRINHO, 2013), os manuais pedagógicos de ensino, normas de redação, dicionários, gramáticas, etc. Compreendemos, com Silva Sobrinho (2013), estes materiais como parte da relação da língua com a sociedade e a história, funcionando para a (re)produção de um imaginário e disciplinarização de saberes linguísticos, determinados sócio-historicamente. Concordamos com Nunes (2008) que, desde o período inicial da constituição da língua nacional no Brasil,

Os instrumentos linguísticos constroem uma unidade para a língua: seja a língua utilizada na catequese e colonização, o tupi romantizado do século XIX ou a língua nacional. A produção dessa unidade não é jamais neutra, ela é condicionada pelo funcionamento da representação linguística, que é também uma representação política. (NUNES, 2008, p. 120).

Na perspectiva da História das Ideias Linguísticas, na qual nos inserimos, compreendemos que esses instrumentos são “objetos vivos, partes de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana” (ORLANDI, 2001, p. 8). Esses instrumentos, que aqui tomamos como materiais de análise, especificamente as gramáticas, não podem, discursivamente, serem tomados como documentos transparentes, eles possuem sua espessura, sua opacidade. Eles “se definem por seus vínculos com a ideologia no modo como determinam historicamente as relações entre língua, sujeito e sociedade. Definem-se, como objetos históricos, por seu funcionamento na formação social” (SILVA SOBRINHO, 2013, p. 313).

Para a construção de uma identidade brasileira, de uma nação brasileira, a escrita das gramáticas e dicionários teve, portanto, papel fundamental, resultando na unidade imaginária da língua. Como Orlandi (2001, p. 18) formula, “enquanto objetos históricos disponíveis para a sociedade brasileira são lugares de construção e de representação dessa unidade e dessa identidade (Língua/Nação/Estado)”. Pensamos, assim, o funcionamento dos instrumentos linguísticos na relação do sujeito com a sociedade na história.

Consideramos com Silva (2013, p. 2) que o principal efeito da gramatização é o de mostrar que o Brasil sabe a sua língua:

A legitimação do português deste lado do Atlântico acabou por instaurar um novo regime de funcionamento da relação unidade/diversidade: uma vez garantida a unidade necessária do português brasileiro (referindo a seu funcionamento na sua historicidade que lhe particulariza), a variação não é mais em relação a Portugal, mas à diversidade concreta produzida neste território. A gramatização de um país colonizado produz, então, um duplo eixo: de universalização, pela garantia da unidade (imaginária) constitutiva de qualquer identidade, e de deslocamento, pelos usos variados da língua. (SILVA, 2013, p. 2).

Com a instrumentação linguística, aliada à sua institucionalização, compreendemos que a sociedade brasileira pôde construir um novo espaço político-social, com a consciência histórica da sua língua. Consideramos com Orlandi e Guimarães (2001, p. 32) que essas tecnologias linguísticas conformam saberes sobre a língua, constroem a história

da língua nacional em processos diversos, que os autores tratam como situação enunciativa I e II.

Inicialmente, na “situação I”, encontramos uma língua transferida de Portugal, mas que acaba por estabelecer seu próprio espaço de enunciação, constrói-se neste momento uma relação palavra-coisa. Como Orlandi (2002, p. 29, grifo da autora) define, nesta situação, “a partir de sua memória, o colonizador português reconhece as coisas, os seres, os acontecimentos e os nomeia. Mas ele o faz *transportando* elementos de sua memória linguística”. Neste primeiro momento, as nomeações são feitas pelo português.

Deste primeiro trabalho na relação nome/coisa, resulta um segundo movimento, para a classificação, fixação, organização das listas de palavras, de definições, como afirmam Orlandi e Guimarães (2001, p. 33). Esse processo de classificação dos nomes dados, os autores denominam “situação II”. É um movimento paralelo à situação I, mas que agora produz a relação nome-nome e que dá à língua “um regime de funcionamento outro, mas igualmente dominado pela relação unidade/diversidade: a unidade aqui não refere o português do Brasil ao de Portugal mas às variedades existentes no Brasil” (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 33). Nesta segunda situação enunciativa, o que mais interessa é o fato de a língua passar a ter sua referência no Brasil.

Nesta nova situação enunciativa brasileira, o português do Brasil tem sua historicização particular, “efeito da instauração de um espaço-tempo próprio, diferente do de Portugal” (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 34). Nesta situação enunciativa, coincidente com a gramatização brasileira do Português, a unidade linguística brasileira imaginária foi construída “a partir de uma língua ocidental instrumentada (e dotada de uma escrita) tendo uma filiação (o latim) no conjunto linguístico ocidental (cf. o indo-europeu)” (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 35).

Essa filiação do português do Brasil ao Latim foi mantida na gramatização brasileira do português, como se depreende em Almeida (1961) e Ali (1965), mais abaixo. Com uma língua denominada como “românica”, o Brasil é definido como parte da România. Essa vinculação do Brasil a Roma reproduz o imaginário da unidade do português:

Nosso idioma, na quase totalidade, originou-se lenta, progressiva e ininterruptamente do latim; aqui dou, na ordem de semelhança com o latim, a relação das línguas *neolatinas* ou *românicas* (de Roma), assim denominadas por provirem do latim, que se diz *língua mãe* ou *língua matriz*, aproveitando a oportunidade, cito as línguas *indo-européias*.



(ALMEIDA, 1961, p. 320).

Note-se que, nessa inscrição da classificação genealógica das línguas, não há referência à língua brasileira, reproduz-se a unidade imaginária do português europeu, tornando equívoca a expressão “nosso idioma” – “nosso” de quem? Said Ali também significa o Português do Brasil como língua neolatina, o que inscreve sentidos da colonização:

2. Os idiomas neolatinos não ficaram localizados somente na Europa. Com a colonização que alguns povos fizeram em certos pontos remotos da África e da Ásia e em grande extensão do continente americano, passaram a ser faladas as respectivas línguas também nestoutras partes do mundo. Assim veio o português ao Brasil, e o espanhol à América.

3. Não há rigoroso acôrdo entre os homens de ciência sôbre a classificação dos diversos falares da România; mas está assentado hoje que não deve prevalecer somente a divisão política, nem se deve atender só ao desenvolvimento literário. Nas diversas regiões onde imperam as línguas literárias, há dialetos muito notáveis que a ciência não pode desprezar. De alguns dêles o estudo está apenas no início, e isto dificulta sobremodo a classificação. (ALI, 1965, p. 17).

Como afirmam Orlandi e Guimarães (2001, p. 33) “a gramatização brasileira dividida entre o específico brasileiro e o modelo português chega ao final do século XX afirmando – no nível da política linguística oficial – que malgrado séculos de mudanças e de diferenciação há unidade lingüística entre Brasil e Portugal”. Mesmo na nova situação discursiva que se apresentava, em um contexto de gramatização brasileira do português, onde a linguística começava a ser obrigatória nos cursos superiores de Letras, já conformando condições de produção diversas, ainda há uma forte referência à România.

Desde a colonização, persistindo até a nova situação enunciativa da gramatização brasileira do português iniciada no final do século XIX, a escritura da história da Língua Portuguesa manteve o imaginário da existência de uma România. Compreendemos que há,

na gramatização brasileira, uma história da Língua Portuguesa construída com base nessa România imaginária, e assim, apesar da disjunção histórica que deu origem ao português brasileiro, perdura uma filiação à Europa (o Latim e Roma). Consideramos que essa história da língua é produzida pela gramatização de dois modos diferentes, pela construção de uma narrativa e/ou pelos modos de descrição da língua.

Na situação enunciativa II (relativa às condições de produção da descolonização), como analisa Orlandi (2002), a Língua Portuguesa se historiciza de modo diferente do que ocorreu na situação I (condições de produção da colonização), por isso essas situações constituem momentos diferentes da história dessa língua, constituídos por sentidos que repetem e por sentidos que deslocam os modos de significar a relação entre a unidade (imaginária) e a diversidade (concreta).

O fortalecimento dos discursos da mundialização, internacionalização e lusofonia, a partir das últimas décadas do século XX, produz mudanças nos modos de significar essa relação. Compreendemos com Branco (2013) que há um direcionamento novo para a unificação, o discurso da mundialização. Assim como a autora, consideramos a criação da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996) como um efeito desse discurso que faz significar a unidade.

Conforme a discursividade da CPLP, ela tem como objetivo a cooperação mútua entre os países membros para maior visibilidade internacional, além da “materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa” (CPLP, 2014). A comunidade constitui-se como uma organização criada em 1996, reunindo oito países que tem em comum o fato de terem como língua oficial uma língua denominada como Língua Portuguesa; estes países são: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Segundo Branco (2013) a ideia da criação da CPLP está ligada à lusofonia, desde a sua concepção, que conforme a página virtual da Comunidade, teve como ideia reunir “os países de língua portuguesa – nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma comum e por uma visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia” (CPLP, 2014).

Tomamos como marco para a composição do arquivo de nossa pesquisa a constituição da CPLP, em 1996, compreendendo que essa organização (re)produz a unidade linguística imaginária de Portugal e suas ex-colônias. Do mesmo modo que Branco (2013, p. 27), assumimos que “ao enunciar da posição discursiva de uma organização internacional, se significa como se fosse uma comunidade formada de uma nação única”. Essa tomada de posição frente à diversidade concreta historiciza a Língua

Portuguesa de maneira diferente, produzindo sentidos diferentes aos dizeres sobre a língua e conformando dizeres sobre a formação de Estados, sujeitos e nações. A CPLP, como entendemos com Branco (2013, p. 82), é um acontecimento que possibilita a “atualização dos sentidos de língua portuguesa que circulam nas formações sociais nos países-membros pelos dizeres da CPLP”. Podemos compreender que

O discurso da CPLP sobre os sentidos de língua portuguesa, nesse jogo de força entre memórias, faz estabilizar sentidos que se filiam à memória da colonização e do capitalismo/globalização, desencadeando um processo de produção de sentidos que constrói o modo como os sujeitos e as línguas dos países membros dessa organização devam ser ditos homogêneos, silenciando ou fazendo esquecer, nesse jogo, suas diferenças e suas diversidades histórico-políticas constitutivas de suas relações e laços sociais. (BRANCO, 2013, p. 108).

Propomo-nos a compreender como ocorre a escritura da história da Língua Portuguesa no Brasil nesse momento. Nessa situação discursiva, conformada pela criação da CPLP, o que significa inscrever a história da língua nacional brasileira na história das línguas românicas? Que sentidos se (re)produzem na escritura da história da Língua Portuguesa em face da mundialização/globalização engendrada pela CPLP?

Tomando essas questões como motor da pesquisa, selecionamos, para análise, textos sobre a história da Língua Portuguesa publicados em gramáticas normativas (re)editadas depois da criação da CPLP. Neste ponto, compreendemos o texto discursivamente “em sua materialidade (com sua forma, suas marcas e seus vestígios); como historicidade significante e significada (e não como ‘documento’ ou ‘ilustração’); como parte da relação mais complexa e não coincidente entre memória/discurso/texto” (ORLANDI, 2012, p. 12). As gramáticas nas quais encontramos um capítulo ou sessão sobre a história da Língua Portuguesa são as seguintes:

1. CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
2. BECHARA, Evanildo [1928]. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev., ampl. e atual. Conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
3. AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 1ª reimp. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2011.

4. BRITO, Ana Maria et. al.. **Gramática Comparativa: Houaiss: quatro línguas românicas: português, espanhol, italiano e francês.** São Paulo: Publifolha, 2010.
5. PERINI, Mário A. **Gramática do Português Brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
6. CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo.** 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
7. CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa.** São Paulo: Scipione, 2008.
8. AQUINO, Renato. **Gramática Objetiva da Língua Portuguesa.** 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2010. Disponível em: <<http://migre.me/i20sH>>. Acesso em 20 fev. 2014.
9. CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa.** 48. ed. São Paulo: Companhia editora nacional, 2008.
10. MESQUITA, Roberto Melo. **Gramática da Língua Portuguesa.** 8. ed., reform. e atual. São Paulo: Saraiva, 1999. 608 p.

Ressaltamos que há gramáticas publicadas e/ou reeditadas após a constituição da CPLP que, no entanto, não trazem um capítulo ou sessão específica sobre a história da língua¹. Nessas gramáticas, a escritura da história da língua se faz pela descrição e/ou explicação do que é a Língua Portuguesa. Neste trabalho, analisamos como as gramáticas citadas acima formulam a história da Língua Portuguesa.

¹ São elas:

- a) FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto; MARUXO JR., José Hamilton. **Gramática.** 20. ed. 4. imp. São Paulo: Ática, 2010.
- b) LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa.** 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- c) BARROS, Enéas Martins de. **Nova gramática de língua portuguesa.** São Paulo: Atlas, 1985. 398 p
- d) SACONI, Luiz Antonio. **Nossa Gramática Completa Saconi: Teoria e Prática.** 2011.
- e) CEGALLA, Domingos Paschoal. **Nova minigramática da língua portuguesa.** 1ª ed. São Paulo: Nacional, 2004.
- f) GREGORIM, Clóvis. **Michaelis – Português – Gramática Prática.** São Paulo: Melhoramentos, 1996.
- g) CUNHA, Celso. **Gramática do Português Contemporâneo.** 2009.
- h) LUFT, Celso Pedro. **Moderna Gramática Brasileira.** 3. reimp. São Paulo: Globo, 2008. Disponível em: <<http://migre.me/i2c3k>>. Acesso em 20 fev. 2014.

Apesar da escolha metodológica pelas gramáticas que trazem um capítulo ou sessão sobre a história da língua, compreendemos que aquelas que não formulam essa história também a significam pelo modo de descrição da língua. E, ainda, assumimos que os silêncios, discursivamente, também significam. Não é pela inexistência de capítulo, seção ou menção ao relato cronológico sobre a língua que as gramáticas não produzam sentidos para a história da língua, as gramáticas não são objetos neutros. Compreendemos com Pêcheux (2009) que é impossível estar fora da ideologia, porém, há diferenças entre estar no sentido com palavras e nos sentidos construídos pelo silêncio. São formas diferentes de significar a relação com o mundo. Como explica Orlandi (2012, p. 128), “existe uma temporalidade da significação que implica uma relação (um batimento) entre o dizer e o não-dizer”.

Discursivamente, o não dizer também é significativo, assim, entendemos que o silêncio também possui sentidos. Se o silêncio fosse representado com palavras, sentidos deslizariam, haveria transferência, produzindo outros efeitos (ORLANDI, 2012, p. 129). Conforme a autora, assumimos que há diferentes formas de silêncio, divididos primeiramente entre o silêncio fundador e a política do silêncio. Dentro do que é nomeado como política do silêncio há ainda duas outras divisões, a do silêncio constitutivo e a do silêncio local, ou censura (ORLANDI, 2007).

Ambas as formas de silêncio fazem parte da produção de sentidos, porém, trabalham de maneiras diferentes. Enquanto o silêncio fundador é aquele “que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo condições para significar”, como afirma Orlandi (2007, p. 24); há também, conforme a autora, o silêncio constitutivo que indica que “para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente ‘outras’ palavras)”, e ainda existe o silêncio local, este que é a censura propriamente, aquilo que é proibido de se dizer em certa conjuntura.

Nas gramáticas que não selecionamos para fazer parte do arquivo da presente pesquisa, compreendemos a existência da política do silêncio, pois algo não é dito, fica de fora da formulação, mas significa. Optamos, porém, em não analisar esse conjunto de materiais neste momento, selecionando apenas aqueles que possuem formulações sobre a história da língua.

2.2 HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GRAMÁTICA BRASILEIRA

Por compreender discursivamente a história como construção, e para analisar a produção da história da Língua Portuguesa no Brasil, consideramos importante o conceito de escritura. Quando tratamos de escritura, admitimos que a produção da história não é uniforme, homogênea. Compreendemos, dessa forma, que a história da Língua Portuguesa no Brasil também não é, o que temos são versões da história, histórias. A escritura, nas palavras de Certeau (1994, p. 228), “não é mais aquilo que fala, mas o que se fabrica”. Não se está perseguindo uma verdade singular, há fabricação de “cenários” que resultarão em discursos inteligíveis. Compreendemos, dessa forma, com o autor, que a escritura é tomada

Como prática (e não como os discursos que são o seu resultado), ela simboliza uma sociedade capaz de gerir o espaço que ela, se dá, de substituir a obscuridade do corpo vivido pelo enunciado de um "querer saber" ou de um "querer dominar" o corpo, de transformar a tradição recebida em texto produzido, finalmente de constituir-se página em branco que ela mesma possa escrever (CERTEAU, 1982, p. 16).

Deste ponto, a escritura transforma a realidade e produz sentidos nela, faz a história, constrói práticas significantes e mantém, além disso, o seu “valor de modelo científico” (CERTEAU, 1982, p. 16). O que rege o trabalho da escritura da história são as práticas sedimentadas e organizadas pelas instituições, que fazem modificar as relações de significação conforme a época e o lugar. Certeau (1982, p. 9) argumenta que estudar a perspectiva da escritura da história toma a escrita como prática histórica, na qual a realidade é trabalhada e transformada por meio da língua.

O efeito de fechamento da história, sua escritura, é produção do trabalho do sujeito com a língua. A constituição de sentidos no texto conforma-se, nas gramáticas, pela função autor, que faz significar o seu dizer e “se representa na origem” (ORLANDI, 2010, p. 24). Como formula Orlandi (2010, p. 24), na função autor, o sujeito “responde pelo que diz ou escreve, pois é suposto estar em sua origem. Assim estabelecemos uma correlação entre sujeito/autor e discurso/texto (entre dispersão/unidade etc.)”.

A origem formulada na função-autor é imaginária, assim como a unidade, coerência e completude do texto também são efeitos ideológicos (ORLANDI, 2013). Esse efeito é necessário para a escritura, que conforma sentidos organizados na textualização

desenvolvida pelo autor, para constituir o efeito de unidade e fechamento do texto, ao menos empiricamente (ORLANDI, 2012). Compreendemos a textualização como uma “costura” discursiva. Concordamos com Orlandi (2012, p. 94) que, “na textualização, a forma da organização do dizer reflete o jogo das diferentes regiões de significação”.

No que compreendemos aqui como escritura, a autoria se compõe por traços do interdiscurso, a memória do dizer, inscritos no fio do discurso, o intradiscurso, a formulação, e pelos modos dessa inscrição. Concordamos com Orlandi (2010, p. 24) quando esta formula que

O autor, embora não instaure discursividade (como o autor original de Foucault) produz, no entanto, um lugar de interpretação no meio de outros. Esta é sua particularidade. O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer. Porque assume sua posição de autor, ele produz um evento interpretativo. (ORLANDI, 2010, p. 24).

A autoria é conformada pela textualização ou, como Lagazzi-Rodrigues (2010, p. 93) explica, consideramos que “o autor se constitui à medida que o texto se configura”. É uma relação mútua de constituição, na qual o autor é reconhecido pelos sentidos possíveis que se constituem na prática da linguagem que conforma unidade ao texto. Qualquer formulação é passível de responsabilização, é possível então sermos “reconhecidos como possíveis autores, no sentido de que nosso dizer possa fazer história” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2010, p. 99). Entendemos a autoria como uma das funções mais afetadas pelas coerções sociais, pelas instituições ao mesmo tempo em que constrói as relações sociais, a história. A autoria se conforma na/pela história e constitui a história.

Assim como Henry (2010, p. 45, grifo do autor), consideramos que “ainda que a história não tenda a nada, *nós* podemos lhe conferir finalidades; ainda que ela seja desprovida de sentido, *nós* podemos lhe atribuir significação”. Compreendemos que, discursivamente, a história, como escritura, pode ser constituída por diferentes posições sujeito, em espaços de (re)organização de memórias, onde estão presentes a leitura e a interpretação. Pensamos, neste estudo, a escritura de acordo com a AD, em sua relação com a HIL, buscando compreender os efeitos de unidade e diversidade na escritura brasileira da história da Língua Portuguesa.

Nessa busca, situamo-nos de acordo com a abordagem teórica da História das Ideias Linguísticas (HIL), articulada à Análise de Discurso (AD). Compreendemos que a

HIL nos dá o aporte teórico para estudarmos a constituição da língua brasileira e a produção da história da Língua Portuguesa.

No que concerne ao aporte teórico, entendemos que “a análise de discurso visa construir um método de compreensão dos objetos de linguagem. Para isso, não trabalha com a linguagem enquanto dado, mas como *fato*” (ORLANDI, 2008, p. 31, grifo do autor). Concordamos com a autora que, com esse deslocamento, trabalhando com fatos e não dados, é possível que sejam compreendidos os processos de produção dos discursos. Entendemos que “o fato tem materialidade e é pensado em seu processo de constituição. Não é mero produto” (ORLANDI, 2010a, p. 10). Os fatos transformam-se discursivamente em informações, de onde derivam os efeitos de sentido do discurso.

Trabalhamos com fatos discursivos e não com dados linguísticos, pois entendemos que os fatos não são meramente ilustrações, mas a língua em funcionamento na relação com a história, materializada linguístico-discursivamente em sua espessura semântica (ORLANDI, 1996). O caráter material da língua “consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos ‘o todo complexo dominante das formações ideológicas’” (PÊCHEUX, 2009, p. 146). Compreendemos, ao trabalhar com os fatos, que o sentido se constitui em sua espessura semântica, pois como o autor formula “as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas”.

O caráter material do sentido é mascarado por seu efeito de transparência, mas discursivamente os fatos nos conduzem a considerar a memória discursiva e esse efeito de evidência dos acontecimentos histórico-sociais nos quais se fundam o discurso. Como analistas de discurso, preocupamo-nos com o processo de produção do discurso, não seu produto, o texto.

Para esta análise, em um primeiro gesto de interpretação montamos o arquivo, ou seja, o *corpus* “empírico” da pesquisa que, como Orlandi (2005) explica, já é o início do trabalho de análise. Para construir o arquivo, selecionamos gramáticas brasileiras do Português (re)editadas após a criação da CPLP. Dessas, separamos para análise as que trazem uma seção relacionada à história da Língua Portuguesa. Conforme Pêcheux (1997, p. 57), entendemos o arquivo “no sentido amplo de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’”. Pensando o arquivo do mesmo modo que Orlandi (2012, p. 39), consideramos, também, que ele é a “memória institucional que apaga o esquecimento, discurso documental”.

Compreendemos que há sentidos diferentes para arquivo funcionando neste trabalho. Entendemos que o arquivo tanto é o conjunto de materiais de análise, quanto um

modo de funcionamento da memória discursiva, com seu efeito de fechamento que se diferencia do interdiscurso. Como Orlandi (2003, p. 15) formula, o interdiscurso se estrutura pelo esquecimento, e o arquivo é o que não se esquece, é o realizado, “no arquivo, o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relações de força”. Tomamos o arquivo aqui, portanto, como material de análise e, também, como memória institucionalizada que “congela, que organiza, que distribui sentidos” (ORLANDI, 2003, p. 15).

Discursivamente, a seleção de materiais para o arquivo a ser analisado já segue critérios teóricos, e não visa um grande número de textos, e sim fatos de linguagem com sua memória e espessura semântica, que sejam relevantes para responder aos objetivos propostos na pesquisa. Nessa compreensão, acreditamos que as propriedades discursivas, relação da discursividade com sua exterioridade constituinte, já podem se mostrar com a seleção do material que constitui o arquivo, pois ele “não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2010, p. 162). O arquivo analisado é a reunião de materiais relacionados àquilo que pesquisamos especificamente, materiais selecionados pelo pesquisador, interpelado pela ideologia que o constitui como sujeito, explica Pêcheux (1997, p. 57).

Compreendemos que o arquivo está no processo de estancar alguns sentidos, congelar significações, mas também evidenciar outros efeitos de sentido possíveis. Consideramos que aquilo que é apagado quando se forma o arquivo continua funcionando, pelo interdiscurso. O interdiscurso é aquilo que desestabiliza o discurso nesse modo de funcionamento da memória. É pelo interdiscurso que se inscrevem, na significação, sentidos outros.

De posse do conjunto de materiais, metodologicamente, fizemos os recortes de análise. O que entendemos aqui como recorte é “uma unidade discursiva. E por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p. 14). Concordamos com a autora que os recortes são feitos “na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido um contexto (de interlocução) menos imediato: o da ideologia”.

Compreendemos que o recorte pode determinar o modo de análise, direcionando o dispositivo teórico de interpretação construído para a análise. A maneira de recortar um mesmo arquivo pode conduzir a resultados diferentes de análise, pois questões diferentes são elaboradas a partir disso. Da mesma forma, a posição sujeito que efetua os recortes e

as condições de produção da análise podem influenciar na compreensão dos resultados da pesquisa.

Entendemos posição sujeito assim como Orlandi (2013, p. 49), para quem

o sujeito discursivo é pensado como ‘posição’ entre outras. Não é uma forma de subjetividade mas um ‘lugar’ que ocupa para ser sujeito do que diz (M. Foucault, 1969): é a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz. O modo como o sujeito ocupa seu lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui. (ORLANDI, 2013, p. 49).

Dos recortes extraímos o que nomeamos como sequências discursivas, definidas por Courtine (2009), a partir da concepção de Pêcheux e Fuchs (2010, p. 180) de “superfície discursiva”, que é, nas palavras dos autores, a “sequência verbal oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior a da frase”. Em nosso gesto de interpretação, relacionamos as sequências discursivas às formações discursivas, concordando com Orlandi (2012, p. 10) que pela noção de interpretação como gesto “saímos da separação entre, de um lado, as formações discursivas, a rede de filiações de sentidos e, de outro, os traços, as marcas, no texto”.

A formação discursiva, como compreendemos com Pêcheux (2009, p. 147), determina aquilo que pode ou deve ser dito numa conjuntura dada. É pela compreensão desses processos de inscrição do dizer nas formações discursivas, em funcionamento nas sequências discursivas selecionadas, que buscamos entender os efeitos de unidade e diversidade na escritura brasileira da história da Língua Portuguesa.

Em um primeiro gesto de interpretação, depreendemos que as sequências discursivas selecionadas formulam sentidos para a história da Língua Portuguesa, conformados, de um lado, pela discursividade da lusofonia, de outro, pela descolonização linguística. A inscrição da discursividade da lusofonia se formula de duas maneiras: pela filiação aos sentidos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e pela filiação ao imaginário da România.

A inscrição da discursividade da lusofonia está formulada em sequências discursivas como abaixo, nas quais depreendemos a filiação aos sentidos da CPLP:

Sequência discursiva 1

A língua portuguesa é falada em todos os continentes por cerca de duzentos milhões de pessoas. Poucos idiomas desfrutam de tão privilegiada posição. (CEGALLA, 2002, p. 18).

A SD 1 foi retirada da *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Domingos Paschoal Cegalla, que foi gramático, professor, escritor e tradutor. A primeira edição desta sua obra foi lançada em 1964, e desde lá passou por seis reformulações, que a mantém atualizada, até a 45ª edição, do ano de 2002, utilizada como material de arquivo dessa pesquisa.

Nesta SD, a Língua Portuguesa é significada como “**falada em todos os continentes**”, ela seria a mesma, única em todos os países, filiando sentidos de unidade. Nisso identificamos o processo histórico denominado colonização linguística, que compreendemos juntamente com Mariani (2004) como um encontro de pelo menos dois imaginários linguísticos, onde um domina o outro. A colonização “é um discurso que se impõe pela força e pela escrita, ou melhor, impõe-se com a força institucionalizadora de uma língua escrita gramatizada que já traz consigo uma memória, a memória do colonizador sobre a sua própria história e sobre a sua própria língua” (MARIANI, 2004, p. 24).

Como outro modo de filiação à lusofonia, identificamos formulações que remetem a Língua Portuguesa do Brasil à Língua Latina, ao imaginário da România, como na SD 2, recortada da obra de Celso Cunha e Lindley Cintra. A *Nova Gramática do Português Contemporâneo* foi inicialmente lançada no ano de 1984, e na versão analisada, está em sua 5ª edição, no ano de 2008. Na sequência, abaixo identificamos a discursividade da România:

Sequência discursiva 2

A língua portuguesa provém do latim, que se entronca, por sua vez, na grande família das línguas indo-européias, representada hoje em todos os continentes. (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 9).

Concordamos com Mariani (2004) ao afirmar que a colonização linguística não pressupõe, necessariamente, a dominação de um território, mas sim a filiação de uma memória de sentidos a outra língua. É a produção dessa filiação, instituindo uma continuidade da língua colonizadora, que buscamos compreender ao tomarmos também

como observatório o nome “România”, na relação entre a Língua Portuguesa do Brasil e a língua do Império Romano.

Esse processo de vinculação, em que a língua do Brasil tem sua origem significada politicamente, inscreve a ideologia da colonização, pela discursividade da lusofonia que associa o Português do Brasil ao Latim. Como podemos afirmar com Orlandi (2009, p. 155), “falamos a língua brasileira, filiada ao português, como este é filiado ao latim”.

Após o século XIX, o conhecimento sobre a língua no Brasil considera que “frente à heterogeneidade constitutiva da realidade linguística brasileira, a construção de um imaginário de unidade é necessária para que se crie o sentimento de uma “união” nacional, regida por um Estado brasileiro” (SILVA, 2013, p. 2). Dessa unidade que se constrói um imaginário brasileiro da língua para o falante. A unidade produzida dentro do Brasil é o efeito da terceira filiação de sentidos em funcionamento na escritura brasileira da história da Língua Portuguesa, aquela que denominamos de “descolonização linguística”, modo de compreensão da língua que constrói sentidos de que a Língua Portuguesa do Brasil é outra, diferente da língua do colonizador.

Analizamos essa discursividade na SD retirada da *Nova Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba Teixeira de Castilho, linguista brasileiro, professor de instituições como a USP e a Unicamp e consultor do Museu da Língua Portuguesa. Essa gramática teve sua primeira edição no ano de 2010. Compreendemos que o discurso da descolonização está presente nesta obra, conforme trazemos abaixo:

Sequência discursiva 3

O nacionalismo que caracterizou a época [da Independência] reclamava que os brasileiros ficassem independentes também linguisticamente. Portanto, já falávamos o brasileiro. (CASTILHO, 2010, p. 185).

Diferentemente de uma filiação incontestada a Portugal, existe, na SD 3, um movimento de sentidos na direção da construção de um espaço enunciativo diferente, um outro modo de a sociedade se estruturar política e linguisticamente. É este modo que compreendemos estar presente quando a língua falada no Brasil é denominada como “brasileiro” e não como Língua Portuguesa. Este movimento de sentidos é denominado como discurso da descolonização. Podemos afirmar com Orlandi (2009, p. 172) que “se, na colonização, o lugar de memória pelo qual se significa a língua e seus falantes é

Portugal, no processo de descolonização esta posição se inverte e o lugar de significação é deste lado do Atlântico com sua memória local, a do Brasil”.

Analiticamente, na perspectiva da AD, podemos conceber a língua de maneira mais dinâmica, reconhecendo suas diferentes formas de funcionamento. Para isso, consideramos produtiva a distinção feita por Orlandi e De Souza (1988), que separam a língua fluida e a língua imaginária. Ou seja, as autoras compreendem que “a língua imaginária é a que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluida é a que não se deixa imobilizar nas redes de sistemas e fórmulas” (ORLANDI; DE SOUZA, 1988, p. 34).

Compreendemos, a partir dessa distinção, que, na SD 3, a formulação “falávamos o **brasileiro**”, inscreve o deslocamento na discursividade do conhecimento linguístico brasileiro produzido pela consideração do que Orlandi (1988) nomeia como “língua fluída”, ou seja “a que pode ser observada e reconhecida quando focalizamos os processos discursivos, através da história da constituição de formas e sentidos, tomando texto como unidades (significativas) de análise, no contexto de sua produção” (ORLANDI; DE SOUZA, 1988, p. 34). A língua é mais do que as regras formuladas pelas gramáticas, ela é movimento e constitui sentidos de um povo e um Estado.

Compreendemos que o efeito produzido na SD 3, pela nomeação feita à língua, é o de que uma língua diferente daquela que os portugueses transferiram para o Brasil se formou do lado de cá do Atlântico. Na língua imaginária produzida por Castilho inscreve-se a discursividade que, considerando alguns aspectos da língua fluída, no caso, da língua fluída denominada como “cultura”, formula a descolonização linguística do Brasil.

A língua imaginária é estanque, uma criação sistematizada, ou ainda, “são as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, a-históricas. Construção. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem, em línguas-imaginárias” (ORLANDI; DE SOUZA, 1988, p. 28). Concordamos com Orlandi (2009, p. 18) que

Em nosso imaginário (a língua imaginária) temos a impressão de uma língua estável, com unidade, regrada, sobre a qual, através do conhecimento de especialistas, podemos aprender, termos controle. Mas na realidade (língua fluída) não temos controle sobre a língua que falamos, ela não tem a unidade que imaginamos, não é clara e distinta, não tem os limites nos quais nos asseguramos, não a sabemos como imaginamos, ela é profundidade e movimento contínuo. Des-limite. (ORLANDI, 2009, p. 18).

A consideração da língua fluída questiona a unidade imaginária da Língua Portuguesa conformada pela lusofonia. No Brasil se formou “o brasileiro” como língua diferente, sem a imaginária unidade da Língua Portuguesa do Brasil e de Portugal antes imposta na colonização. Nesse ponto, a SD 3 inscreve sentidos no discurso da descolonização linguística.

A descolonização linguística pressupõe, de acordo com Orlandi (2009, p. 172), que os sujeitos não mais se submetam a uma imposição da língua, mas que formem um imaginário que se dá também como acontecimento linguístico, construindo outra sociedade, Estado, Nação. Tanto a colonização quanto a descolonização se relacionam ao modo como as sociedades se estruturam politicamente, o que produz um modo de significar a unidade imaginária e a diversidade concreta da língua.

2.3 SABER HISTÓRICO, MEMÓRIA, DISCURSO

Consideramos, discursivamente, que as palavras, recebem sentido de acordo com a formação discursiva (FD) em que são produzidas; cada FD é ideologicamente construída e assim é responsável por fornecer efeitos de evidências, que fazem com que todos tenham a ilusão que uma palavra ou enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” (PÊCHEUX, 2009, p. 146), mascarando, portanto, o caráter material do sentido. Compreendemos que os sentidos se constituem historicamente. Diante disso, faz-se necessário destacar que distinguimos o conceito de história como evolução no tempo e o conceito de história como construção de sentidos.

Teorias diferentes separam essas duas maneiras de considerar a história. Orlandi (2012, p. 87) explica que a história como cronologia tem seu ponto alto nos estudos históricos do século XIX, quando a noção de história possui dimensão temporal, é evolução. Em *Análise de Discurso* a história não é cronologia, mas sentido.

O saber histórico, compreendido aqui com o saber produzido pela prática historiográfica, se constrói da recorrência de textualizações, no trabalho do discurso sobre o discurso, das permanências e exclusões sobre os diferentes modos de significar os acontecimentos. O saber histórico, juntamente com outros saberes, organiza o passado, imagina e esquece, assim como o idealiza e conforma sentidos para o futuro.

O saber histórico que se constrói no Brasil, sobre a história da Língua Portuguesa falada pelos brasileiros, filia-se a um dizer europeu, unificador, cimentado em discursos

da colonização. Ressoa no dizer sobre a língua nacional do Brasil e do brasileiro um discurso europeu, compreendendo-se as ressonâncias discursivas como recorrências parafrásticas que se condensam em sentidos predominantes na construção da referência do objeto de discurso (SERRANI-INFANTE, 2001). Esse saber se constrói discursivizando um percurso histórico único, homogêneo para a língua que a remete ao império português, como podemos depreender na SD 4

Sequência Discursiva 4

Com os descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI, os portugueses ampliaram enormemente o império de sua língua, levada que foi para os vastos territórios por eles conquistados na África, na América, na Ásia e na Oceânia. Ainda hoje, apesar de consideráveis perdas sofridas, o seu domínio político abarca mais de dez milhões de quilômetros quadrados, aproximadamente a sétima parte da Terra. É o português a língua oficial do Brasil, de Portugal, de Angola, de Cabo Verde, de Guiné-Bissau, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe, e de Timor Leste. (CUNHA E CINTRA, 2008, p. 21).

Na SD 4 é possível compreendermos o funcionamento de um processo de construção da história da Língua Portuguesa que inscreve sentidos da colonização, Portugal mantém “o seu domínio político” por meio do “império de sua língua”. O que está em funcionamento na SD 4 é um discurso vinculado ao imaginário eurocêntrico.

A memória que ressoa no discurso da SD 4 é o da dominação, hoje não mais militar, mas “**domínio político**”, configurado pela língua. Há um discurso de unificação, com base na língua, no qual se dissolvem os limites entre os países e as fronteiras se desfazem, formando o que é nomeado como “**império de sua língua**”, ou seja, o domínio dos portugueses pela língua que foi levada aos territórios conquistados.

Compreendemos que a unidade imaginária também se constitui pela forma de nomear, como na SD 4: “**é o português a língua oficial**”. Trazer o nome “português” é inscrever a história em uma discursividade europeia, há uma “fabricação discursiva da identidade” (SERIOT, 2001, p. 13).

O discurso sobre a língua é histórica e ideologicamente constituído. E é na relação constitutiva entre a linguagem e a história, como construção de sentidos, que pensamos o saber histórico. Trabalhamos, a partir disso, a escritura brasileira da história da Língua Portuguesa, as relações de poder ligadas às práticas sociais, e não à cronologia.

Na perspectiva discursiva, a história não é uma questão de evolução no tempo, é questão de sentidos e da sua duração, como se inscrevem no discurso, estabilizam ou

fazem deslizar memórias. Os sentidos podem circular indefinidamente, não se pode estar fora do sentido assim como não se pode estar fora da história, há algo que fala sempre antes e constitui sujeitos e sentidos, determina-os (ORLANDI, 2008). Concordamos com Orlandi (2008, p. 42) que

A história está ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas as relações com o poder (a política). Assim, a relação da análise de discurso com o texto não é extrair o sentido, mas apreender a sua historicidade, o que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos. (ORLANDI, 2008, p. 42).

A exterioridade que interessa à AD é constitutiva, não há um “fora”, ela faz parte da construção do discurso. São os discursos que estabelecem uma história, não como evolução, mas como produção de sentidos. Compreendemos com Henry (2010) que a história, feita de sentidos, é uma produção, é fabricada sem início ou fim.

Não há, discursivamente, como se admitir uma origem dos sentidos, pois todos os fatos reclamam sentidos, pedem interpretação. Com Pêcheux (2006, p. 9) entendemos que “[...] a história ‘aparenta’ o movimento de interpretação do homem diante dos ‘fatos’. Por isso a história está ‘colocada’.” O autor não nega à história seu caráter de interpretação, e assim assumimos que a história não tem *um* sentido, *uma* direção *a priori*, ela é interpretação e construção em condições de produção específicas.

O efeito de completude do discurso da História resulta do processo ideológico, se liga ao excesso, à saturação, e produz o efeito de evidência. A evidência produzida pela ideologia é um efeito que consideramos assim como Pêcheux (2009, p. 144, grifos do autor) “de modo que todos os indivíduos *recebem como evidente* o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem”. Efeito esse em funcionamento em nosso material de análise, como na *Gramática da Língua Portuguesa* de Pasquale Cipro Neto e Ulisses Infante, em sua 3ª reedição no ano de 2008, conforme apresentamos na SD 5:

Sequência Discursiva 5

A formação, o desenvolvimento e a expansão da língua portuguesa estão obviamente vinculados à história dos povos que a criaram e ainda hoje a empregam e transformam. (CIPRO NETO e INFANTE, 2008, p. 13).

Essa evidência, “obviedade” é ideológica. Compreendemos que a ideologia, enquanto “condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2013, p. 46), produz a evidência de unidade e de transparência do sentido. Consideramos que na construção da história há efeitos de evidência sendo produzidos. Como Orlandi (2007, p. 97) explica,

se considera como natural o que é fabricado pela história. Esta, por sua vez, no processo ideológico, através do conteudismo, apresenta-se como a sucessão de fatos com sentidos já dados, dispostos em seqüência cronológica, quando na verdade ela se constitui de fatos que reclamam sentidos (P. Henry), cuja materialidade não é passível de ser apreendida em si mas só no discurso. (ORLANDI, 2007, p. 97).

A partir disso, ao analisar a escritura brasileira da história da Língua Portuguesa, pensamos seus sentidos na relação da linguagem com a história, como os diferentes discursos a constituem. Pêcheux (2009, p. 272) afirma que a história é feita pelos homens, a história é discurso. Não a história que eles querem ou acreditam fazer, os homens são determinados, na história, a pensar e a fazer livremente o que não podem deixar de fazer e pensar. O histórico é composto de relações de filiação, de memória (estruturada pelo esquecimento), de discursividade.

Por não ser evolução, e sim construção, é que se torna próprio da história a descontinuidade, a ruptura, e que a produção de efeitos de sentido não se historicizam sem falha, sem equívoco. Concordamos com Ferreira (1994, p. 154) que “a AD vai se interessar precisamente pelo terreno, por vezes escorregadio, onde se dão as falhas, os deslocamentos, as rupturas de sentido, e por onde se percebem os pontos de deriva dos enunciados”.

A escritura da história não ocorre de forma aleatória, os fatos sobre a história da língua não se narram por si só, eles são fabricados por sujeitos, que se constituem por filiações a formações ideológicas, entendidas como “um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social” (FERREIRA, 2001, p. 13). Como formula Orlandi (2011, p. 78), “o discurso da história, ao colocar em relação o que foi dito e o que foi feito, é um lugar privilegiado de encontro de vozes”. Essas vozes de que a autora trata podem se constituir por diferentes formações discursivas, que conformam dizeres e sentidos diferentes, em nosso caso, para a história brasileira da Língua Portuguesa.

3 HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA E COLONIZAÇÃO

Esta seção tratará especificamente do discurso da colonização, a ideologia da lusofonia que produz efeitos na escritura das gramáticas analisadas. Inicialmente será abordada a discursividade da lusofonia de modo geral, seu conceito e produção de sentidos. Posteriormente, o capítulo se subdivide para tratarmos primeiro da lusofonia pela inscrição da história da Língua Portuguesa do Brasil na história do Latim; e, na sequência, pela presença da discursividade da CPLP e a mundialização da língua.

Para tratar da filiação da Língua Portuguesa ao Império Romano, trabalhamos com os sentidos de narratividade, tradições inventadas, o tempo e o historicismo. Depreendemos a quais formações discursivas a textualidade das SDs está filiada. Já na seção sobre o discurso da CPLP, tratamos da mundialização, o imperialismo e a colonização, como essas três ideologias se relacionam e a formação de identidades.

3.1 A DISCURSIVIDADE DA LUSOFONIA

No Brasil, a língua se institucionaliza por uma imposição (MARIANI, 2004) que tende à homogeneização, à uniformização e unidade da Língua Portuguesa. Conforme Orlandi (2002), essa tendência está apoiada em duas discursividades diferentes, a do gramático e a do linguista:

Na unidade da língua nacional, o gramático cria o imaginário de UMA língua regida para todos os brasileiros e mostra os desvios, as diferenças (variedades), na uniformidade (nacional), enquanto o linguista também concorre para esse efeito de unidade, por um discurso que se apresenta como discurso da ciência e não da norma (como o gramático), elaborando uma metalinguagem que dá objetividade científica à representação da unidade. (ORLANDI, 2002, p. 206, grifo da autora).

O processo de imposição da Língua Portuguesa, significada como homogênea, conforma sentidos para a lusofonia, conceito que, conforme Orlandi (2009, p. 170), “se aplica a situações de domínio de línguas sob a colonização. Assim, a palavra lusofonia preserva a noção de homogeneidade e alimenta o repertório da colonização, referido à Portugal”.

A lusofonia conformada pela colonização silencia, portanto, a possibilidade de historicização de outras línguas. Cria-se assim um efeito de colonização, (re)produzem-se sentidos para a Língua Portuguesa como se todos os países colonizados por Portugal falassem uma única e mesma língua. Concordamos com Branco (2013, p. 23, grifo da autora) que isso faz “ressoar uma memória discursiva colonial/imperialista de que há uma única Língua Portuguesa, *legada pelos portugueses e falada por mais de 200 milhões de pessoas em todo o mundo*”.

Esse enunciado destacado pela autora é repetidas vezes formulado nas gramáticas analisadas, reiterando um efeito de unidade da Língua Portuguesa em diversos países, filiando-se a uma discursividade de unificação produzida pela CPLP. Entendemos que há, na ideologia da lusofonia, o silenciamento de línguas que não são a Língua Portuguesa nos países de colonização portuguesa.

Tomando como base Brasil e Portugal, refletimos com Lagares (2013) sobre a imprecisão da construção de um espaço lusófono baseado na Língua Portuguesa. Como o autor afirma, há uma construção idealizada e de exaltação de uma língua com a retórica da lusofonia. Concordamos com Lagares (2013, p. 358) que “a língua participa dessa idealização como elemento central, como patrimônio ‘comum’ deixado pela colonização portuguesa nos quatro cantos do mundo” (LAGARES, 2013, p. 358), a língua sustentaria uma imaginária superioridade do colonizador português.

Entendemos, também, que a noção de lusofonia está associada ao que Mariani (2004) denomina como colonização linguística. Conforme compreendemos com a autora, “colonização supõe um contato entre diferenças, contato esse que se dá pelo uso da força, não se realizando, portanto, sem tensões e confrontos” (MARIANI, 2004, p. 23).

A colonização linguística portuguesa busca legitimar a sua forma de imposição da língua por meio da ideia de que a língua no Brasil é deficitária, e assim afirma a necessidade da unidade da língua da metrópole. Como assumimos com Mariani (2004, p. 25), a língua de Portugal é exaltada no discurso da colonização, existe “um imaginário de unidade do português como língua de Estado e, que os portugueses lançam através do Atlântico”. Nessa imagem da Língua Portuguesa, está engendrado o “funcionamento social geral da nação”, ou ainda, nas palavras de Mariani (2004, p. 33)

Não se fala em um português-brasileiro. Ele ou não existe aos olhos da metrópole, ou, se existe, precisa ser corrigido, melhorado, reformatado de acordo com os moldes gramaticais portugueses. Aos olhos da metrópole precisa ser a continuidade da imaginária homogeneidade que confere o caráter nacional

a Portugal. Mas os processos históricos, como se sabe, são continuidade e mudança, sempre. (MARIANI, 2004, p. 33).

Compreendemos, assim, que, nas condições da colonização, as línguas se historicizam de maneiras diferentes, em uma relação imaginária de superioridade do colonizador sobre o colonizado e sua língua. Da mesma maneira, quando Lagares (2011) trata das condições de produção da lusofonia hoje, considera que existe a construção de um imaginário de superioridade da língua de Portugal, imposta, e as línguas dos países colonizados são negligenciadas, não se historicizando, e sendo muitas vezes tomadas como dialetos ou linguajares, línguas minoritárias em seus próprios países. Como o autor traz, “a língua minorizada é representada através de suas faltas, das suas carências, a ponto de ser imaginada muito frequentemente como uma não língua (ou uma quase língua)” (LAGARES, 2011, p. 171). Existe, nesse processo, ainda, o que o autor denomina “violência simbólica da língua legítima”, qual seja, a imposição de uma língua dada como hegemônica, e que se sobrepõe, às outras línguas provocando um efeito de homogeneidade linguística, mesmo que forçada.

No funcionamento da imposição institucional da homogeneidade imaginária da Língua Portuguesa no Brasil, é interessante ressaltar, como analisa Mariani (2004), que ao mesmo tempo em que a Língua Portuguesa é imposta deste lado do Atlântico, desde a época da colonização ela carrega consigo seu imaginário, sua memória, sua remissão de sentidos ao Latim.

3.1.1. România imaginária e a unidade do Português

Quando a Língua Portuguesa foi trazida ao Brasil, uma memória de filiação dessa língua ao Latim veio juntamente com o colonizador. Não há transparência no processo de colonização, os sentidos não são controláveis e concordamos com Mariani (2004, p. 53) que “a afirmação de uma autonomia do português encontra-se na dependência de sua filiação histórica ao latim”. Além de uma filiação linguística, constrói-se uma filiação ao imaginário de grandes realizações e conquistas do Império Romano.

A relação de colonização linguística se reproduz pela forma como os gramáticos ainda hoje nomeiam o espaço linguístico formado pelos países colonizados: România. Concordamos com Orlandi (2008, p. 118, grifo da autora) que “*nomear*, no discurso

colonizador, institui uma relação administrativa: nomear é governar”. A autora faz essa relação ao tratar do processo nome-coisa, o qual se estabeleceu logo que o colonizador chegou ao Brasil. Pensamos que nomear espaços de enunciação da Língua Portuguesa como România produz sentidos de superioridade do colonizador sobre o colonizado, restringe o modo de significar de outras línguas presentes nesses espaços. Por espaço de enunciação entendemos, com Guimarães (2002, p. 18), os “espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante”.

Orlandi (2009, p. 193) entende que as línguas são nomeadas em uma relação de poder, deslocando esta compreensão para o nosso trabalho, consideramos também que nomear como “România” um espaço de línguas é uma questão de poder, constituição de um acontecimento discursivo que significa na história da língua. A nomeação está engendrada em uma relação de identidade, memória e ideologia.

Na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra, encontramos a presença dessa forma de nomear, o que em particular nos interessou pela sua formulação. A primeira edição de tal gramática foi lançada em 1984, sendo que a sequência aqui analisada está presente na 5ª edição desta obra, publicada no ano de 2008, e que possui a seguinte formulação:

Sequência Discursiva 6

A partir do século III da nossa era, podemos dizer que a unidade linguística do Império não mais existia, embora continuassem os contatos políticos entre as suas diversas partes, interligadas por uma certa comunidade de civilização. É o que se entende por Romania, em contraste com Barbaria, as regiões habitadas por outros povos. (CUNHA e CINTRA, 2008, p. 11).

A repetição da discursividade da filiação românica da Língua Portuguesa transferida para o Brasil pelo colonizador se faz presente em nosso material de análise, em várias formulações diferentes. “Romania” não pode ser reduzida a apenas um rótulo, a um “estado de coisas no mundo” (MARIANI, 1998, p. 121), com o tempo essa forma de nomear construiu uma realidade e engendrou sentidos possíveis para o termo e para a história das línguas. A produção de sentidos na história cria significações de uma unificação da România, constitui o discurso de uma continuidade do Império, agora formulada não mais pela “**unidade linguística**”, e sim pelo que os autores textualizam

como **“contatos políticos entre suas diversas partes, interligadas por uma certa comunidade de civilização”**.

Esta continuidade produzida no discurso que une todos os países na nomeação “Romania” (SD 6), é criada por aquilo que Mariani (1998) apresenta pelo nome de narratividade. A autora formula que a narratividade é um “elemento que atua junto à memória discursiva, institucionalizando dizeres possíveis, impedindo o deslizar dos significantes e/ou as resistências históricas, misturando passado, presente e futuro” (MARIANI, 1998, p. 106-107).

A autora formula essa noção de narratividade em seu trabalho sobre o discurso jornalístico. Deslocamos em nossa pesquisa para a análise da produção de sentidos na narrativa dos gramáticos. Consideramos, discursivamente, que “as narrativas e os narradores se encontram assujeitados a processos históricos que os ultrapassam” (MARIANI, 1998, p. 117).

O sujeito-narrador, aqui na posição de gramático, é produtor de verdades, sem começo e nem fim. Assim como Mariani (1998), tomamos a produção da narrativa em sua “dimensão simbólica”, ou seja, como algo que não é fechado em si mesmo e não possui fronteiras definidas. A narrativa é “uma prática multiforme, em contínuo processo de desenvolvimento, cujas fronteiras podem ser constantemente rearticuladas” (MARIANI, 1998, p. 109).

Desse modo, entendemos que a construção da unidade, pela narratividade produzida pela história da “România”, não pode ser tomada isoladamente. As narrativas se constituem em relações com outras narrativas, e também com os silêncios e resistências presentes na discursividade construída. Quando se constrói a unidade da România, de certo modo é apagada a historicidade dos povos, das línguas desses povos, a história dessas nações.

Há na narrativa uma tensão entre o que é contado e o que fica na memória, que poderia ser contado, mas não foi por determinações históricas ou subjetivas. Mariani (1998, p. 110) entende que essa tensão pode transbordar, “levando à reescritura do narrado em um processo que sai do presente em direção ao passado”. Como a narrativa parte de uma posição-sujeito gramático, ela pode vir a deslizar, ser ressignificada e produzir novos sentidos, conforme a memória constitutiva desse sujeito. Para nós “o narrado é sempre o mesmo, mas é sempre diferente” (MARIANI, 1998, p. 118), entendemos assim que ele produz sentidos a partir de um mesmo fato, mas não os mesmos sentidos.

Podendo estar ligada ao relato de um evento, a narrativa é uma prática social que constitui também “discursos sobre”, é uma verdade local construída sob a perspectiva da escritura de uma história. No caso que estamos analisando, a narrativa sobre a România produz uma discursividade a respeito da história da Língua Portuguesa que constrói uma referencialidade para essa língua vinculada à língua do Império Romano. Fabrica-se assim a evidência da história da língua, através da narratividade, uma interpretação do sujeito-narrador sobre os fatos.

Entendemos ainda com Mariani (1998, p. 113) que a narratividade se encontra “dispersa na verticalidade do interdiscurso”, engendrando sentidos no dizer do narrador. Como a autora explica “o narrar se encontra estreitamente ligado à manutenção das tradições, ou melhor, é através das narrativas que se realiza a transmissão de práticas sócio-culturais e suas transformações”. É pela narrativa, portanto, que se constroem e institucionalizam tradições, tais como as do Império Romano, ou da Língua Portuguesa.

Neste ponto, faz-se importante a distinção entre tradições e costumes. Para isso, compreendemos com o historiador Hobsbawn (1984) que tradições são invariáveis, já os costumes possibilitam inovações e podem mudar. Na SD 6 compreendemos que o costume de narrar a história, usando um fato ou outro, com uma leve alteração nas datas e região de domínio é possível, mas a tradição de se nomear este espaço como România é invariável nesse ponto.

Podemos ainda compreender que a nomeação “România” é uma “tradição inventada” (HOBSBAWN, 1984, p. 9). Por tradição inventada o autor entende

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWN, 1984, p. 10).

Compreendemos com o autor que o processo de invenção dessas tradições refere-se ao passado, ainda que seja impondo uma repetição. Isso produz deslizamentos na discursividade, constitui novos sentidos no presente, através do passado. Na escritura da história da Língua Portuguesa foi necessária a construção de um nacionalismo que se ligasse a uma língua imposta no país. Entendemos com Hobsbawn (1984, p. 16), quando o autor trata da Inglaterra, que ocorre um processo o qual podemos aproximar daquele que se dá no Brasil, ou seja, “sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma

continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real seja pela lenda ou pela invenção”.

As relações com o passado se modificam através da invenção das tradições, conforme Hobsbawn (1984). Entendemos que a escritura brasileira da história da Língua Portuguesa, que se baseia na nomeação “România”, agrupando vários povos em uma dada “**comunidade de civilização**” (SD 6), conforma sentidos de colonização, unidade imaginária historicamente construída. Pela inscrição dos povos de Língua Portuguesa a uma nomeação homogeneizadora, România, entendemos que formula-se um tipo de tradição inventada que “utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (HOBSBAWN, 1984, p. 22). É pela narrativa em torno do Império Romano que se conformam sentidos à nova civilização, na qual a Língua Portuguesa é inicialmente imposta e, posteriormente, após a independência, se articula à construção da nação.

Essas tradições são “altamente aplicáveis no caso de uma inovação histórica comparativamente recente, a ‘nação’, e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado nacional, os símbolos nacionais, as interpretações históricas e assim por diante.” (HOBSBAWN, 1984, p. 23). Compreendemos que a filiação de sentidos ao Latim e ao Império Romano produz efeitos na escritura brasileira da história da língua, do sujeito e da nação brasileira, como na Sequência Discursiva (SD), recortada da 37ª edição da *Moderna gramática portuguesa* (2009), de Evanildo Bechara, cuja primeira edição é de 1928:

Sequência Discursiva 7

A língua portuguesa é a continuação ininterrupta, no tempo e no espaço, do latim levado à Península Ibérica pela expansão do império romano. (BECHARA, 2009, p. 23)

Depreendemos na SD 7 o funcionamento de um discurso da perspectiva genealógica de conhecimento sobre as línguas, que liga o Português ao Latim por uma dada evolução e apaga a disjunção histórica que fez da Língua Portuguesa uma língua diferente no Brasil. Essa concepção genealógica, biologistica, de acordo com Kristeva (1969, p. 199, grifo da autora), provém do século XIX. Neste período, compreendemos com a autora, que “em lugar da ordenação sintática dos gramáticos do século XVIII, a linguística do século XIX propõe a visão *genealógica* das línguas, que ela agrupa em

famílias, fazendo derivar cada membro de uma fonte inicial”. O historicismo é a marca do século XIX e seu modo de significar as línguas está ainda presente e produzindo efeitos de sentido nas gramáticas analisadas.

A posição historicista adotada para a descrição da evolução das línguas cria modelos arbóreos para descrever o desenvolvimento das línguas. Kristeva (1969, p. 209-210, grifo do autor) explica que “este período evolucionista da linguística histórica, embora inicie uma viragem para o positivismo com a constituição dos estudos germânicos, românicos, etc., encontra seu apogeu *genético* na obra de Augusto Schleicher”. Uma conhecida representação desta perspectiva é a árvore genealógica das línguas, na qual as línguas precederiam umas às outras de maneira evolutiva e sequencial.

Este era um esquema genético da evolução das línguas, buscando determinar o seu início, a sua origem. Compreendemos que, neste recorte da SD 7, há a inscrição, também, de sentidos da colonização que (re)produzem um efeito de linearidade na constituição da Língua Portuguesa desde o Império Romano.

Essa tese genealógica, que filia a língua oficial do Brasil ao Latim, já foi refutada no campo dos estudos linguísticos. Lagares (2013, p. 343), por exemplo, traz a tona uma importante problematização a respeito dessa filiação direta ao Latim, essa “**continuação ininterrupta, no tempo e no espaço**” (SD 7). O autor discute a origem da Língua Portuguesa, afirmando e trazendo argumentos na tentativa de provar que o Português não vem do Latim. Para o autor, há uma ligação muito mais próxima do Português com o Galego-Português, porém, há muito mais interesses políticos em relacionar uma nova língua à outra que já possui reconhecimento, conquistas históricas, imaginário de superioridade já consolidado.

Ao se fundar uma nova nação, a força da língua que a identifica pode ser fundamental para o fortalecimento do Estado. Por isso, a origem em uma língua já forte como o Latim é privilegiada (MARIANI, 2004). Desse modo, “a reivindicação de uma origem, seja ela qual for, constitui sempre um gesto político. E a origem, quando convertida em mito, marca de forma simbólica o ponto de partida das identidades que pretendemos defender no momento presente.” (LAGARES, 2013, p. 343).

Há sempre uma relação construída pela memória, idealizada conforme a formação imaginária predominante e que ressoa na construção da história. Como Lagares (2013, p. 344-345), compreendemos que as idealizações são essenciais para os relatos históricos, e na linguística não é diferente, como em toda ciência uma história é construída a partir do presente, inclusive quando se faz necessário justificar o próprio presente.

O processo de construção de um relato histórico e científico pode se dar de maneiras diversas. Discursivamente, busca-se primar pelas estruturas, em detrimento do acontecimento (MALDIDIER, 2011). Como Orlandi (2009, p. 181) afirma, “há, no discurso da ciência, necessidade de Unidade”. A autora volta-se para a questão da produção da ciência linguística, e pensamos, a partir disso, os diferentes modos de formulação e circulação desses discursos de dominação na construção da história brasileira da Língua Portuguesa, como na Sequência Discursiva 8:

Sequência Discursiva 8

O português é uma língua **neolatina, novilatina ou românica**, pois foi formado a partir das transformações verificadas no latim levado pelos dominadores romanos à região da Península Ibérica. (CIPRO NETO E INFANTE, 2003, p. 11, grifos do autor)

Repete, na SD 8, a filiação de sentidos à abordagem genealógica da origem da Língua Portuguesa, ligada ao modelo arbóreo. Sobre essa abordagem, Auroux (2008, p. 18, grifo do autor) formula que

*A estrutura genealógica do conjunto das línguas e o seu paralelismo com a das etnias vai constituir uma herança duradoura do Ocidente Cristão, e, ainda hoje, pode ser reencontrada nas nomenclaturas (línguas semíticas, línguas camíticas), e, de modo geral, na noção de “*família lingüística*”, que se tornou metafórica. (AUROUX, 2008, p. 18, grifo do autor).*

Ao nomear uma língua como “**neolatina, novilatina ou românica**”, ocorre aquilo que Auroux (2008) descreve como um paralelismo da história das línguas com a etnia. Funciona na SD 8 a evidência desse paralelismo, lembrando que a evidência é um efeito ideológico. Compreendemos com Pêcheux (2009, p. 146) que “é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’”.

Compreendemos de maneiras diferentes o “nomear”, o “designar” e o “determinar”. Nomeia-se de maneiras diferentes para poder designar de outras formas. O ato de nomear diz respeito ao acesso, ao meio utilizado pela linguagem para dar nome, e é assim que se instaura a designação. Os nomes podem ser X ou Y, conforme as condições de produção a que estão submetidos, e às formações discursivas das quais fazem parte. Guimarães (2005, p. 42) explica que “não é um sujeito que nomeia, ou refere, nem a expressão, mas o acontecimento, exatamente porque ele constitui seu próprio passado”. O

que o nome refere agora é o resultado de algo que aconteceu antes e o nomeou. Isso diz respeito também à noção de temporalidade, a história das nomeações e renomeações anteriores.

A relação histórica formulada na SD 8 produz sentidos de uma continuidade da língua. Como formulado na sequência discursiva, o Português formou-se “**a partir das transformações verificadas no latim**”. Tratar da história do Português brasileiro colocando em sua origem unicamente as “transformações” da língua latina, sem referência ao contato com as línguas indígenas, africanas e de imigração apaga a existência histórica do brasileiro.

Constrói-se assim a história através de uma sucessão de fatos. Há uma narrativa da história da Língua Portuguesa que engendra sentidos de uma linearidade dos fatos, ou seja: primeiro os romanos, depois a dominação da Península Ibérica, o uso da língua por novos povos, até hoje, a mesma língua. Porém, o tempo e a forma de narrar esses fatos é também uma construção, que tem como responsável o sujeito-autor, em geral na posição de historiador, ou aqui de gramático.

Juntamente com Barros (2013, p. 26), entendemos que “o tempo histórico é constituído por problematizações, por questões que são criativamente formuladas; apenas lateralmente o tempo dos historiadores se serve do tempo cronológico”. Se pensamos que o historiador apenas descreve cronologicamente os fatos, ele seria um “simples colecionador de fatos”. De acordo com Barros (2013, p. 43-44), “o tempo do historiador é em última instância uma construção - deste mesmo historiador, mas também de uma sociedade e de uma tradição que o envolve, e com a qual este necessariamente deve se relacionar”. O tempo é então uma construção, e se relaciona às condições de produção do sujeito-autor.

Na discussão de Barros (2013) sobre o tempo dos historiadores, destacamos as considerações sobre a compreensão do tempo como um “devir” e também uma “extensão”, ou seja, algo que traz transformações e algo que perdura, respectivamente. Junto a essa compreensão, há noções fundamentais que também problematizamos neste trabalho, como as de continuidade e descontinuidade. Como Barros formula:

Se, para o olhar que examina certo “devir histórico”, as permanências parecem sobressair em detrimento das mudanças, pode-se começar a falar em uma “estrutura”, ou em qualquer outra metáfora que evoque a unidade do conjunto. Se, ao contrário, as mudanças sobressaem, e ao olhar historiográfico parecem se encadear ou se articular de modo compreensível, pode-se falar em “processo”. Tanto a permanência estrutural como o processo gradual podem gerar a sensação de “continuidade”. (BARROS, 2013, p. 38-39).

Essa “sensação” de que Barros (2013) trata produz efeitos na SD 8 quando se faz referência a uma “transformação”, uma mesma língua que dá origem a outras mesmas línguas, construindo a continuidade histórica das línguas “**neolatina, novilatina ou românica**”. A esse respeito, interessante observar que na SD 8 formula-se “transformações verificadas no latim” e não “transformações do latim”. A mudança é significada como variação. É o processo de transformação da língua latina significado desse modo que produz o efeito de continuidade, é uma estrutura “românica” que produz a unidade imaginária das línguas “neolatinas”.

Essa forma de abordagem da língua como continuidade de uma língua ancestral esteve presente predominantemente no século XIX, ao associar as línguas a organismos vivos, pensa-se em uma teoria monogenista (AUROUX, 2008) que vincula todas as línguas a uma “língua mãe”, imaginário de uma língua original da qual todas as outras línguas descenderiam. Esse imaginário funciona, também, na Sequência Discursiva 9:

Sequência Discursiva 9

No caso da língua portuguesa, este léxico é fundamentalmente de origem latina, já que o latim é a língua que, modificada pelo uso ao longo de vários séculos na Península Ibérica, deu origem ao português. (AZEREDO, 2011, p. 393)

A narrativa que se constrói na SD 9 e anteriores faz referência direta a uma herança latina, a “**origem latina**”, mas essa é uma forma de narrar, é uma construção histórica, compreendendo-se a narrativa como uma prática que “produz uma verdade local ao se constituir na forma de um discurso *sobre*” (MARIANI, 1998, p. 105, grifo da autora). Como Paixão de Sousa (2006) formula, “a história das línguas ibéricas se relaciona ao problema da reconstituição das narrativas, levantando a questão dos condicionamentos históricos do ponto de vista da narração”.

Ao formular que o Latim “**deu origem ao português**”, a discursividade inscrita na SD 9 vincula-se ao discurso do século XIX. Paixão de Sousa (2006) analisa que a perspectiva oitocentista de estudo da linguagem trabalhava sob o binômio gênese-

evolução, e tanto o método comparado, quanto o histórico-comparado tinham como objetivo reconstruir uma língua mãe, uma língua original que “gerou” outras, tal como a Língua Portuguesa.

Essas narrativas sobre a história da Língua Portuguesa, como na SD 9, são construções ideológicas. Discursivamente, assumimos que a produção de sentidos é ideológica, e “a ideologia se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história” (ORLANDI, 2007, p. 20). As narrativas construídas sobre a história das línguas são uma produção discursiva

Assim, entendemos que a escritura da história da Língua Portuguesa é produzida, e produz diferentes efeitos de sentido conforme as condições de produção apresentadas na produção do dizer. Como vínhamos trabalhando, tomamos que “o ‘tempo narrativo’ que pode ser manipulado criativamente por aquele que narra, não deve ser confundido com o ‘tempo dos acontecimentos que são narrados’”. (BARROS, 2013, p. 250). Monta-se a história e privilegiam-se fatos de acordo com a contingência histórica da época, do autor, conforme a formação discursiva na qual ele se encontra.

Não há acesso direto aos fatos da história da Língua Portuguesa, portanto, entendemos do mesmo modo que Paixão de Sousa (2006, p. 13, grifos da autora) que “estudos históricos sobre as línguas têm se ocupado da *linguagem sob a chave do tempo*”. Preservou-se um saber sobre a língua que o passado formulou, o que foi registrado e o modo de compreensão da construção das línguas está inexoravelmente preso a uma historicidade que se constrói sob o dizer do gramático, do historiador, do escritor. A autora formula ainda que quando se trata da constituição da história, se trabalha “com o *que o tempo deixou*, não com o *que aconteceu*; em outros termos, a análise opera no plano temporal do conhecimento, não no plano temporal do acontecimento”. (PAIXÃO DE SOUSA, 2006, p. 29, grifos da autora).

Ao construir a história da Língua Portuguesa do Brasil, compreendemos que unem-se os diferentes discursos sobre essa história. Situam-se as coisas no tempo, como formula Barros (2013), e cada uma dessas coisas interage para a construção de um contexto, que se inscreve no tempo. A história está presa ao tempo, mas na perspectiva que adotamos ela não está atrelada à cronologia. Entendemos também com o autor que “a narrativa é ainda constituída de uma história (ou de histórias entrelaçadas) não apenas sobre a “ação humana”, mas também sobre os seus significados” (BARROS, 2013, p. 176).

A construção de sentidos se altera no tempo, constituem-se novas significações que se constituem pelo interdiscurso, este que conforma a ilusão de completude do discurso

histórico. Compreendemos que por meio de um pré-construído, “*como se esse elemento já se encontrasse aí*” (PÊCHEUX, 2009, p. 89, grifo do autor), constrói-se, nas gramáticas analisadas, a história brasileira da Língua Portuguesa filiada ao Latim. Como a língua nacional e oficial do Brasil não é a mesma Língua Portuguesa de Portugal, porque teve outras origens, essa filiação genealógica ao Latim engendra uma ambiguidade constitutiva da brasilidade:

Isto não significa que não temos, como qualquer outro país, em razão da relação da língua ao Estado, uma identidade ideal face à nossa diversidade concreta. Ao falarmos a língua brasileira, como língua nacional e oficial, nós coexistimos em nosso cotidiano, com muitas outras línguas e somos ao mesmo tempo falantes de uma língua latina, de uma língua que se inscreve na história européia da língua portuguesa, fazendo parte de grupos que falam línguas românicas. Esta ambiguidade nos dá uma particularidade lingüística politicamente significativa. Melhor seria talvez falar em origens da língua. No plural. (ORLANDI, 2009, p. 57).

Quando se coloca tanto a relação com Portugal, como a relação com o Império Romano, faz-se necessário considerar os diferentes pesos conferidos para cada contato entre as línguas. O peso atribuído a cada contato linguístico é determinado pelas concepções de língua e temporalidade adotados, de acordo com Paixão de Sousa (2006). A autora compreende desse modo porque analisa da perspectiva da Linguística Histórica. Discursivamente, esse peso é determinado, sobretudo, pelas políticas de línguas conformadas pelas relações de forças. É por essas relações de forças que o contato com as línguas indígenas e africanas tem menor efeito na escritura brasileira da história da Língua Portuguesa. Em algumas gramáticas analisadas esse contato é apagado, não há sequer referência às línguas indígenas, africanas ou de imigração, produzindo-se a unidade imaginária do Português do Brasil e de Portugal:

Sequência Discursiva 10

Algumas das características básicas entre os romances propiciaram o surgimento das línguas românicas, ou neolatinas: galego-português, castelhano (espanhol), catalão, francês, provençal, italiano, sardo e romeno. (MESQUITA, 1999, p. 40)

Sequência Discursiva 11

Chamam-se românicas ou neolatinas as línguas modernas derivadas do latim. O conjunto das línguas românicas constitui a *Romania*. (BRITO, 2010, p. 25)

Entendemos que a escritura brasileira da história da Língua Portuguesa filia sentidos a Roma, sem considerar que os territórios ibéricos foram por séculos de dominação germânica. Ou seja, há uma montagem dos fatos na escritura da história da língua que silencia sentidos possíveis e constrói uma memória da latinidade. Como Paixão e Sousa (2006, p. 35) formula “as narrativas que se compuseram em torno das línguas portuguesa e castelhana nunca escolheram privilegiar a história dos contatos – mas sim, a história das heranças e evoluções a partir da “*língua-mãe*”.

São três séculos de dominação árabe e germânica que são silenciados na história da Língua Portuguesa. Esse silenciamento significa na história da língua e da nação, o silêncio faz sentido. Tratando especificamente das línguas “**românicas ou neolatinas**”, Paixão de Sousa (2006, p. 36) analisa que a “a história das línguas ibéricas se relaciona ao problema da reconstituição das narrativas, levantando a questão dos condicionamentos históricos do ponto de vista da narração”.

No Brasil, para silenciar sentidos possíveis, os portugueses empreenderam uma repressão simbólica. O Brasil perdeu suas línguas e parte de sua memória. Tomamos, assim como Mariani (2004, p. 96), que

Ao se impor uma língua portuguesa para os índios, está se impondo também uma língua com uma memória outra: a do português cristão submisso ao Rei. Ensinar português aos índios objetivando a catequese é silenciar a língua e a memória de outros povos. Assim, no silêncio imposto pela colonização, a imposição de uma língua camufla a heterogeneidade e contribui para a construção de um efeito homogeneizador que repercute ainda hoje no modo como se concebe a língua nacional no Brasil. (MARIANI, 2004, p. 96).

Concordamos com Mariani (2004, p. 20) que historicizar o termo “Língua Portuguesa”, no Brasil,

Traz uma memória de confrontos entre o latim e o português e incorpora o esquecimento dos confrontos entre o português e a língua geral. A partir de sua institucionalização político-jurídica, produz um efeito de evidência: a língua portuguesa no Brasil é a 'língua do Príncipe', devendo permanecer como é porque representa um legado de Portugal e quaisquer modificações em sua gramática podem alterar sua posição de desigualdade e submissão perante a matriz.

Compreendemos que a nomeação “Língua Portuguesa”, que filia a língua brasileira a uma língua europeia, constitui uma unidade imaginária, um efeito de continuidade. Este

efeito de continuidade é produzido, também, pela filiação genealógica da Língua Portuguesa do Brasil às línguas “românicas”, “neolatinas” ou “novilatinas”, apagando as outras origens dessa língua.

3.1.2. CPLP, mundialização e a unidade imaginária do Português

A discursividade da história da Língua Portuguesa que identificamos nas gramáticas analisadas teve como efeitos práticos permitir que políticas de línguas voltadas à unidade se tornassem possíveis, que houvesse a construção de instituições como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o Novo Acordo Ortográfico, que jogam com os sentidos da unidade imaginária da língua. Como explica Orlandi (2001, p. 35-36)

Quando se define que língua falamos, com que estatuto ou quando se determina este ou aquele modo de acesso a esta língua – pelo ensino, pela produção dos instrumentos lingüísticos, pela leitura das publicações, pelos rituais de linguagem, pela legitimidade de acordos, pela construção das instituições lingüísticas – praticamos concomitantemente diferentes formas de política de língua. (ORLANDI, 2001, p. 35-36).

Desse modo, consideramos que a construção de instituições como a CPLP e a promulgação do Novo Acordo Ortográfico são uma produção de política de línguas. Tomamos aqui o político como uma relação entre línguas, sujeitos e saberes sobre as línguas. Concordamos com a compreensão de Orlandi (2007, p. 8) de que “não há a possibilidade de se ter uma língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político”.

As gramáticas constituem-se como importantes instrumentos tecnológicos (AUROUX, 2009) para a construção de políticas de língua, aqui, especificamente, políticas de língua relacionadas à escritura brasileira da história da Língua Portuguesa. Nas gramáticas que analisamos, além da filiação de sentidos à discursividade que produz a România imaginária, identificamos a filiação à ideologia da mundialização:

Sequência Discursiva 12

Falado por mais de duzentos milhões de indivíduos, o português é a oitava língua mais falada no mundo. (CASTILHO, 2010, p. 174)

Sequência Discursiva 13

A língua portuguesa é falada em todos os continentes por cerca de duzentos milhões de pessoas. (CEGALLA, 2002, p. 18)

Sequência Discursiva 14

Neste começo de milênio, o português é a quinta língua do mundo em extensão territorial, e a oitava em número de falantes, com mais de 200 milhões de praticantes, 185.974.254 dos quais brasileiros, na estimativa que faz o IBGE. (CASTILHO, 2010, p. 1995)

Sequência Discursiva 15

No mundo, milhares de pessoas falam a nossa língua. (MESQUITA, 1999, p. 38)

Sequência Discursiva 16

O português é o meio natural de comunicação de mais de duzentos milhões de pessoas, o que vale dizer situar-se entre as dez línguas mais faladas no mundo. (CUNHA, CINTRA, 2008, p. 21-22)

Essas sequências discursivas inscrevem a história da Língua Portuguesa na ideologia da mundialização. A perspectiva é a da difusão da língua, apresentada quantitativamente. Nessas condições de produção, diferentemente do que ocorria com o nacionalismo do século XIX, compreendemos com Lagares (2011, p. 187) que atualmente a “justificativa para a difusão da língua não é mais a construção de uma comunidade política que ofereça a seus membros o exercício de direitos cidadãos, mas de um mercado que ofereça a todos a promessa de inúmeras oportunidades de negócios”.

Dessa forma, compreendemos que a promoção da lusofonia, cimentada no discurso da mundialização, pode ter um funcionamento mercadológico, pode se inscrever nas disputas por mercados. Essa projeção da língua para “mais de 200 milhões de falantes” firma um discurso de integração, que conforma sentidos da língua como mais um “produto” no mercado mundial, este que deve ser propagado e “consumido”, em sua unidade.

Entendemos que esses são sentidos da ideologia da mundialização. Da mesma forma que Orlandi (2009a, p. 222) entendemos que

A mundialização, segundo Laurent Carroué (2005), é um processo geo-histórico de extensão progressiva do capitalismo em escala planetária e que é ao mesmo tempo uma ideologia (O liberalismo), uma moeda (o dólar), um instrumento (o capitalismo), um sistema político (a democracia), uma língua (o inglês). (ORLANDI, 2009a, p. 222).

Esse discurso ressoa nas gramáticas analisadas. É também pelo discurso da mundialização que compreendemos o modo de inscrição da língua no mercado globalizado. São relações políticas e de poder que se engendram na sociedade, muito mais com ação sobre o simbólico do que sobre os fatos. Isso pois “A mundialização é mais falada que praticada. Mas nem por isso deixa de ter seus efeitos já que o imaginário tem fortes conseqüências sobre o real” (ORLANDI, 2009a, p. 222).

A unidade imaginária da Língua Portuguesa ressoa em gestos e práticas políticas. Conforme Branco (2013, p. 149), nos gestos políticos de promoção da Língua Portuguesa, busca-se torna-la “língua de trabalho nos órgãos internacionais – aí disputando espaço com a língua francesa, espanhola e inglesa; em língua predominante na África e na América do Sul, e na América do Norte (estrangeira)”.

Há uma ressonância da tentativa de ressaltar a importância da língua, coloca-la em uma posição de superioridade, entre as línguas mais faladas do mundo. Formulada como a **“oitava língua mais falada do mundo”** (SD12), **“quinta língua do mundo em extensão territorial, e a oitava em número de falantes”** (SD 14), ou **“entre as dez línguas mais faladas do mundo”** (SD 16), está engendradora nessa discursividade uma política de poder, um gesto político de unificação das línguas que produz o efeito de hegemonia perante a mundialização.

Cria-se uma identidade única e mundializada para as diferentes nações com base na língua, um espaço lusófono. São apagadas as diferenças entre línguas de cada país:

Sustenta-se um imaginário segundo o qual haveria uma língua em essência ou uma essência na língua que seria responsável por sua unidade nos vários países onde é falada sob diferentes condições. Dizer “lusofonia”, enquanto denominação linguístico-cultural, é não poder dizer língua cabo-verdeana nesse “espaço lusófono”, por exemplo. (BRANCO, 2013, p. 164).

A identidade da lusofonia se impõe, não sem resistências, entre os países de Língua Portuguesa, esse é também um efeito do discurso da mundialização. Entendemos com Said (2011, p. 28, grifo do autor) que “estão surgindo novos alinhamentos independentemente

de fronteiras, tipos, nações e essências, e que são esses novos alinhamentos que agora provocam e contestam a noção fundamentalmente estática de *identidade*”.

Compreendemos que o discurso da mundialização e da colonização conformam sentidos nas SDs da 12 a 16, formando uma unidade imaginária dos falantes da Língua Portuguesa no mundo. A escritura da história da Língua Portuguesa conformada pela ideologia da mundialização produz a evidência de que essa língua é homogênea – “a Língua Portuguesa”, “o português”, “nossa língua”. Esse efeito de unidade pode ser depreendido, também, nas sequências seguintes, nas quais formula-se que a Língua Portuguesa falada nos diferentes países membros da CPLP e em “comunidades de imigrantes” em outros países é uma única língua:

Sequência Discursiva 17

Atualmente, o português é a língua oficial de sete países, ditos lusófonos. (CEGALLA, 2002, p. 18)

Sequência Discursiva 18

O português é a língua falada em Portugal e no Brasil, e tem muitos falantes em diversas nações da África (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé) e da Oceania (Timor Leste). Em todos esses países, o português é a língua oficial, ou uma das línguas oficiais; e é também falado por comunidades de imigrantes nos Estados Unidos, Canadá e alguns países, da Europa Ocidental. O total de falantes nativos passa de 200 milhões, dos quais 187 milhões são usuários de PB. Em toda essa vasta área, a língua padrão escrita é bastante uniforme. (PERINI, 2010, p. 43)

Sequência Discursiva 19

Ainda hoje, apesar das consideráveis perdas sofridas, o seu [de Portugal] abarca mais de dez milhões de quilômetros quadrados, aproximadamente a sétima parte da Terra. É o português a língua oficial do Brasil, de Portugal, de Angola, de Cabo Verde, de Guiné-Bissau, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe, e de Timor Leste. (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 21)

Sequência Discursiva 20

Em Portugal, no Brasil, em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, a língua portuguesa, patrimônio cultural de todas estas nações, tem sido, e esperamos seja por muito tempo, expressão da sensibilidades e da razão, do sonho e das grandes realizações. (BECHARA, 2009, p. 27)

O discurso predominante nessas sequências é o da unidade imaginária da lusofonia, discurso que ressoa sentidos da colonização. Nessa discursividade da lusofonia, a Língua Portuguesa é nomeada e significada no singular – é “a Língua Portuguesa”, “o Português”, uma mesma língua nos diferentes países da CPLP. Está presente nesse conjunto de SDs uma formulação que filia territórios, países, pela língua. Não há mais fronteiras geográficas que especifiquem a unidade

A unidade imaginária da língua é uma construção discursiva, assim como a identidade comum dos países de Língua Portuguesa, formulada na SD 17, com a denominação “**lusófonos**”. Essa denominação significa por uma “retórica holista”, essa que compreendemos com o antropólogo e sociólogo Candau (2012) como:

O emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como *outra coisa* que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos. (CANDAU, 2012, p. 29, grifo do autor)

Constitui-se como um efeito de integração, de pertencimento a um grupo que se une imaginariamente pela língua. Não se pressupõe a verdade ou a mentira para uma retórica holista, pois a “configuração narrativa” (CANDAU, 2012, p. 30) destas pode dar conta de verossimilhanças, que podem fazer parte de certa realidade.

Há na antropologia um conceito que aqui nos cabe também para tratar da unidade lusófona imaginária que se conforma na SD 17, este é o conceito de memória compartilhada. Compreendemos esse tipo de memória como uma forma de integração por certos aspectos, neste caso, a língua, pois não é possível uma memória conjunta que abarque todos os fatores de uma sociedade (CANDAU, 2012, p. 28). O que temos com a denominação “**lusófonos**” é uma forma de memória, compartilhada por certos indivíduos, que não necessariamente saibam de todos os fatos ocorridos, mas que compreendem essa forma de nomear como uma representação, “uma forma de memória coletiva desses fatos históricos” (CANDAU, 2012, p. 39), pois, conforme Candau (2012, p. 68) formula: “o nome é sempre uma questão identitária e memorial”.

A identidade dos países de Língua Portuguesa se constitui por possibilidades de dizer, conformadas por memórias que estabilizam sentidos da colonização para os povos dominados por Portugal. Segundo o autor, a memória, e aqui entendemos como a unidade da língua, é constituída por sentidos do passado, que se formam pelo discurso presente,

com demandas do futuro, afinal, “não é suficiente apenas nomear para identificar, é preciso ainda conservar a memória dessa nomeação” (CANDAUI, 2012, p. 69).

Tecer discursivamente a memória de nomeação é construir uma história para a língua. Compreendemos que essa tessitura do passado se modifica conforme a sociedade e as condições de produção apresentadas. A interpelação pela discursividade da lusofonia tem falhas, conforme podemos depreender na SD 18, na qual se formula a existência de um Português brasileiro (“PB”) – “O total de falantes nativos passa de 200 milhões, dos quais 187 milhões são usuários de PB”. Nessa escritura da história da Língua Portuguesa, inscreve-se uma outra discursividade, a da descolonização, que desloca os sentidos da mundialização numa disputa por mercados entre o Brasil e Portugal.

Ainda na SD 18, chama-nos a atenção os sentidos que se produzem pela diferença na formulação entre os países falantes da língua, pois Portugal e Brasil são nomeados, outros países são agrupados pelo seu continente e citados entre parênteses. A mudança na forma de tratar os países significa discursivamente. Conforma-se uma relação de poder e dominação de algumas nações sobre outras, a materialidade do discurso na heterogeneidade do texto deixa vestígios das formações ideológicas e discursivas que constituem o sujeito desse dizer. Assumimos com Orlandi (2012, p. 66) que a teoria permite “a partir de indícios sobre a ordem do discurso, detectar a configuração da organização das unidades do texto que são significativas em relação a essa ordem. Trata-se da relação do real do discurso com seu imaginário e que a textualidade representa”. Na SD 18, compreendemos que a organização do texto possibilita leituras que significam a soberania de alguns países sobre outros, dada a textualização diferenciada para nomear os países de Língua Portuguesa da África e Oceania.

Funcionamento semelhante pode ser compreendido também nas SDs 19 e 20, pois “Brasil e Portugal” ou “Portugal e Brasil” são tomados priorizados na relação de países de Língua Portuguesa, enquanto os demais seguem a ordem alfabética. Portanto, entendemos que ressoam sentidos de uma mundialização da língua, concomitantemente à continuidade de uma dominação, nestes casos, de dois países. São relações de poder que engendram significações na história dos povos. Outro modo de de textualização das filiações entre as nações, pela língua, é compreendido na SD 21:

Sequência discursiva 21

<p><u>Patrimônio de todos</u> e <u>elo fraterno</u> da Lusofonia de cerca de 200 milhões de falantes <u>espalhados</u> por todos os continentes. (BECHARA, 2009, p. 27)</p>

A SD 21 foi retirada da *Moderna Gramática Portuguesa*, escrita por Evanildo Bechara, professor titular emérito da UERJ e UFF, além de membro da Academia Brasileira de Letras. Esta gramática teve sua primeira edição em 1961, e no caso da SD analisada está em sua 37ª edição, no ano de 2009. Compreendemos que a SD 21, extraída dessa gramática, tem inscritos sentidos da lusofonia, formula-se que a Língua Portuguesa é o “elo fraterno” e “patrimônio de todos” que une falante em “todos os continentes”.

Problematizamos assim: quem é esse “todos”? Não há um Estado, nação ou povo que se represente, o que está presente, funcionando no fio do discurso, é uma unidade linguística imaginária. Assim como Orlandi (2012b, p. 126) ao analisar o *slogan* “Brasil, um país de todos”, compreendemos que na SD 21 aqui apresentada também “silencia-se como é do gosto da ideologia da mundialização o fato de que somos um Estado, uma Nação com suas especificidades, com seu povo, suas diferenças, como é próprio do capitalismo.”

A política linguística engendrada no discurso da mundialização uniformiza a língua e nivela na igualdade a língua de “todos” os povos lusófonos. Esquece-se nessa discursividade a diferença entre os povos, entre as nações. Na SD 21 não há historicidade particular a cada país, pois todos estão inclusos na “Lusofonia”, em uma unidade imaginária construída pela memória do dizer, que está presente no interdiscurso e emerge agora no fio do discurso do sujeito-autor, na posição de gramático.

É pelo trabalho da metáfora que entendemos os deslizamentos de sentido produzidos pelo discurso da lusofonia que generaliza a Língua Portuguesa, e a determina como um “**Patrimônio de todos**”, produzindo sentidos outros pelo interdiscurso no recorte selecionado:

- (a) Patrimônio de todos
- (b) Patrimônio dos países lusófonos
- (c) Patrimônio dos países colonizados
- (d) Patrimônio dos países da CPLP
- (e) Patrimônio de ninguém

Compreendemos que o trabalho da metáfora inscreve o dizer de (b) na discursividade da lusofonia, em um discurso colonizador. Há uma vinculação de sentidos a um dominador quando se trabalha com a paráfrase de “todos”, e ainda inscrito na SD a Lusofonia é enunciada como padrão, há um elo para formá-la. Quando se usa a paráfrase para chegar em (c), os sentidos não remetem apenas ao dominador, mas formulam a unidade dos países colonizados, que agora possuem a Língua Portuguesa em sua história.

Na paráfrase em (e), trabalhamos com a oposição, entendendo que quando a totalidade é textualizada, não se conformam sentidos para a particularidade dos povos, são silenciadas as diferenças e a língua se homogênea. No trabalho da metáfora em (e) não há distinção entre os povos, não há formação de nações ou Estados, há um patrimônio sem dono. Existe o silenciamento da memória discursiva que individualiza e dá sentidos para as novas línguas que surgem e historicizam-se de maneiras diferentes.

Ressaltamos ainda a “patrimonialização” da língua, que se caracteriza por oferecer “um dado ‘certificado’ de permanência na história” (CERVO, 2012, p. 35). A memória, na SD 21, se constitui de discursos da colonização, em que a língua de todos os povos colonizados permanece a mesma. Compreendemos com a autora que “o patrimônio se constitui e ganha valor no interior da memória em que se inscreve, ao mesmo tempo em que contribui para a delimitação do grupo ao qual ‘pertence’ essa memória” (CERVO, 2012, p. 34). Na SD 21, a memória que se constrói é relativa a um “todos”, um grupo de países que se unem pelo imaginário de língua homogênea.

A patrimonialização, no caso aqui analisado, diz respeito a uma necessidade de preservação da língua, um objeto simbólico no qual se engendra unidade pela força simbólica da escritura de uma história de continuidade, que liga os países de Língua Portuguesa. Entendemos que a discursividade da língua como patrimônio se institui pela determinação histórica, pela força da construção de uma identidade para os povos que produza sentidos ligados à história da língua.

Com Cervo (2012, p. 35), compreendemos a “razão de ser do patrimônio como aquilo que demanda preservação”, e como efeitos disso há constituição, por exemplo, do Novo Acordo Ortográfico, do Museu da Língua Portuguesa e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Estes instrumentos se institucionalizam por uma memória, e assim como na SD 21, patrimonializam a língua. Para se constituir,

O patrimônio se inscreve em uma memória discursiva, de onde retoma sentidos já-lá, já-ditos, ressignificando-os ou reiterando-os, movimentando-os para um lugar outro que tem estatuto valorativo e que, então, constitui um lugar de memória, o que acontece porque o patrimônio é da ordem do simbólico e este, conforme Orlandi (2007b [1996]), é uma questão aberta e insta à interpretação. (CERVO, 2012, p. 38).

A língua, como objeto simbólico patrimonializado, produz diferentes historicidades para os sujeitos e a Nação. A língua como patrimônio delimita ou rompe fronteiras, une ou diferencia Estados. Consideramos isso efeito de uma política de línguas ligada à lusofonia, em que sentidos sempre retornam e a memória discursiva do colonizador produz um efeito de sequência na história, apaga sentidos e uniformiza o dizer. Cervo (2012, p. 39) formula que “o patrimônio materializa algo da ordem do legitimado no que tange às lacunas e à tensão de sentidos no espaço de uma memória” (CERVO, 2012, p. 39).

A memória que se constitui pelo discurso formulado na SD 21 é de uma unidade entre os países de Língua Portuguesa, uma unidade que se produz por um “**elo fraterno**”. Tratar a unidade imaginária da língua de modo “fraterno” significa na história da Língua Portuguesa, pois não é apenas um laço político, são produzidos sentidos de uma ligação afetiva, de irmandade entre as nações.

Pensamos com Seriot (2001) que há diferentes formas de construir sentidos para a nação através da língua, como quando o autor trata das diferenças entre França e Alemanha. Para a ideologia predominante na França, a língua deve ser imposta para aos sujeitos, enquanto na ideologia predominante na Alemanha o povo deveria produzir uma língua comum. Um laço fraternal, como na SD 21, não é um objeto discursivizado por imposição, é a construção de uma história que liga as nações a uma “língua mãe”, neste caso, a Língua Portuguesa.

As fronteiras se dissolvem quando se produz o elo entre as línguas. No trabalho da metáfora podemos entender os sentidos de “elo fraterno” deslizando para “nações irmãs”. É pelo discurso que se constroem as fronteiras da identidade, formula Seriot (2001), e compreendemos que pela discursividade proposta, constrói-se uma identidade que une todos os povos de Língua Portuguesa, sem considerar que a particularidade de cada um produz sentidos diferentes para a história do sujeito e a constituição da nacionalidade.

Ainda na SD 21 a língua é significada como ferramenta, utilizada pelos falantes de várias partes do mundo, como formulado na SD “**espalhados por todos os continentes**”. Essa formulação produz efeitos de sentidos da união entre os países de Língua Portuguesa,

a lusofonia a partir de um ponto específico. Mesmo que a língua se “espalhe”, ela parte de um ponto específico, aquele que entendemos neste momento ser Portugal.

Relembramos, neste momento, que a língua está aqui sendo significada como “pertencente” a uma determinada nação, a um colonizador que levou a língua a “todos” estes países e para estes povos. Contudo, esse discurso é produzido da posição de autores gramáticos brasileiros, o que poderia tornar equívocos os sentidos de lusofonia, e desfazer o efeito de evidência que relacionaria a uma necessária descolonização por parte dos povos conquistados.

Os sentidos não são controláveis, eles significam nas relações de força conformadas ideologicamente e por isso significam diferentemente de acordo com as formações sociais às quais estão submetidas. Como Pêcheux (1990, p. 11), assumimos que “as mesmas palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua, não tem o mesmo ‘sentido’”, de um lado ou de outro das barreiras invisíveis que constituem a sociedade, os sentidos podem funcionar juntos ou em oposição, e sempre podem ser outros.

É por tomarmos o sentido como construção política e histórica que afirmamos juntamente com Orlandi (2013, p. 42) que “Os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas”. Assim, entendemos que a AD procura mostrar que “a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação direta que se faz termo-a-termo, isto é, não se passa diretamente de um a outro” (ORLANDI, 2013, p. 19). Os efeitos de sentido se constituem por diferentes condições de produção, discursos e já-ditos que conformam as memórias do dizer e significam na história.

A memória discursiva está presente no dizer do gramático brasileiro, e produz sentidos de colonização, ela significa no interdiscurso e emerge nas SDs aqui selecionadas. Porém, compreendemos que há ainda outro modo de filiação da escritura da história da Língua Portuguesa, esta que discursiviza a história da língua da descolonização.

4 HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA E DESCOLONIZAÇÃO

Analisamos, nesta seção, a discursividade da descolonização, ou seja, o processo discursivo que desvincula a história da Língua Portuguesa da posição discursiva do colonizador, compreendendo a existência de uma Língua Brasileira. Para isso, analisaremos as formas de nomeação da língua e também aquilo que entendemos por nação, e o que conforma, pela língua, sentidos para uma nação brasileira.

Na sequência, abrimos um tópico para analisar como a discursividade da descolonização funciona junto com o discurso da colonização, ou seja, analisamos a contradição na história brasileira da Língua Portuguesa, como esse funcionamento significa na história da língua, do sujeito e da nação.

Finalmente, trazemos uma perspectiva diferente para a discursivização da história da Língua Portuguesa. Essa última perspectiva que apresentamos é também aquela na qual nos inscrevemos, a da História da Ideias Linguísticas.

4.1 A DISCURSIVIDADE DA DESCOLONIZAÇÃO

A produção de efeitos de sentidos na escritura da história de uma língua é sustentada por política de línguas, que são aqui entendidas como mecanismos de institucionalização, de legitimação de uma língua do Estado.

Nesta perspectiva, consideramos o conhecimento produzido, em especial pelos instrumentos linguísticos, como determinantes para a formação da identidade nacional, para a constituição de uma história nacional. Compreendemos com Orlandi (2009, p. 160) que “com nossos instrumentos intelectuais, organizamos nossa sociedade, organizamos nossas instituições, e adquirimos, em nossa soberania, uma feição, uma identidade lingüística que permite que digamos que escrevemos como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal” (ORLANDI, 2009, p. 160). O Brasil conforma sua identidade em um processo histórico que envolve também a construção de seus próprios instrumentos linguísticos, constituindo um novo lugar para o seu povo e sua língua, engendrando sentidos na escritura de uma história brasileira da Língua Portuguesa.

Para a construção dessa história outra, que não tem mais como referência apenas a Europa, produz-se uma reorganização das práticas significantes, nas quais não há mais

uma relação necessária com a língua do colonizador. A história narrada por brasileiros e para brasileiros, de uma perspectiva filiada a este lado do Atlântico, é aquela que denominamos como discurso da descolonização. Há um processo de formação de outras memórias sobre a língua que constitui efeitos de sentido sobre a língua do Brasil, não mais ligada ao discurso europeu. Quando a língua passa a ter sua referência no Brasil, temos o que Mariani (2004) denomina como a descolonização linguística.

Há um deslocamento de sentidos que conforma outras memórias para a língua nacional do Brasil. Uma nomeação diferente para a língua pode ser observada nesse processo de descolonização, não é mais utilizado apenas o nome “Língua Portuguesa”, mas também “Língua Brasileira”, ou ainda “Português Brasileiro”, como podemos observar na sequência discursiva a seguir:

Sequência discursiva 22

Se quiser concentrar-se na história do português brasileiro, “basta” estudar quinhentos anos de história linguística, começando pela chegada dos primeiros colonos portugueses à baía de São Vicente, em 1532, rebolando aí pelos séculos até chegar ao momento atual. (CASTILHO, 2010, p. 170)

Depreendemos que são conformados sentidos da descolonização na SD 22, pois a filiação de sentidos passa a referenciar uma língua do Brasil, não mais de Portugal. Conforme destacamos, trata-se de uma “**história do português brasileiro**” que é contada na gramática de Ataliba Teixeira de Castilho (2010). É interessante trabalhar com o efeito metafórico dessa nomeação, e como ela conforma sentidos

- (a) História do português brasileiro
- (b) História do português
- (c) História do brasileiro

Assim como Pêcheux (2010, p. 96) “chamaremos *efeito metafórico* o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse ‘deslizamento de sentidos’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y”. Compreendemos, desse modo, que as palavras, expressões ou proposições não possuem um sentido próprio, presos em sua literalidade, o sentido se constitui sempre em uma palavra por outra. Conforme Orlandi (2013, p. 44) afirma, “em princípio não há sentido

sem metáfora”, pois é nas transferências de sentido, de uma palavra por outra que os sentidos se constituem.

A partir dos deslizamentos de sentidos que produzimos com as paráfrases de “**história do português brasileiro**”, é possível analisarmos os efeitos de sentido engendrados pela discursividade que significa a língua oficial do Brasil segundo uma nova filiação, que não é mais a portuguesa da colonização. A saturação com o determinante “brasileiro” desloca o sentido do colonizador e filia sentidos a uma discursividade brasileira que se distancia do discurso europeu, sem, contudo, romper totalmente – o nome da língua continua “português”.

O que antes era significado pela referência apenas a Portugal, com o processo de descolonização passa a ter como referência também o Brasil. Na paráfrase (b), “**História do português**”, inscreve um sentido estabilizado que remete apenas a Portugal, fazendo funcionar sentidos da lusofonia. Em (b) a historicidade de uma língua criada no Brasil é silenciada, construindo a unidade da Língua Portuguesa, como se esta fosse a mesma em todos os países da CPLP, tal qual é em Portugal.

Em (c), compreendemos que há o deslocamento da referência e a significação política de uma língua brasileira, fato que desvincula de Portugal a referência da língua do Brasil. O discurso no enunciado (c) remete a um imaginário da descolonização, que compreende a língua do Brasil, com sua historicidade, em território nacional brasileiro. Compreendemos que o efeito de sentido em (c) conforma sentidos de diversidade para a Língua Portuguesa. É um deslizamento, uma transferência possível para nomear a língua.

Pensando no efeito metafórico produzido a partir dessas paráfrases, é possível compreender a historicidade da língua inscrevendo-a em determinadas políticas de língua. Funciona uma historicidade que diferencia a língua de Portugal e a língua construída no Brasil e uma historicidade que escamoteia essa diferença produzindo uma unidade imaginária.

Ainda na SD 22 entendemos que são silenciados sentidos de uma língua com outras filiações. O não-dito significa, pois há outras línguas que constituem a língua brasileira, pois em 1532, como traz a SD, a língua brasileira passou a se constituir não apenas com o colonizador português, mas com o índio também, e mais tarde com os povos africanos e etc. Os sentidos se constituem também pelo que não é dito, pelos silêncios produzidos na formulação.

Isso significa na história da língua, mas é silenciado na SD 22, assim como sentidos produzidos em outras SDs nas quais se formula a filiação ao Latim. Os povos

indígenas que já possuíam sua língua anteriormente à data também são esquecidos. Produz-se a ilusão de um recorte na história, que passaria a significar apenas a partir daquele ponto, como se nem o interdiscurso fosse constitutivo dos significados produzidos nessa língua.

A sequência discursiva abaixo, à semelhança da anterior, inscreve sentidos da descolonização e da heterogeneidade da Língua Portuguesa. A denegação (“**não se tem mantido uniforme**”) inscreve, contudo, o discurso da colonização como discurso transversal no fio do discurso:

Sequência discursiva 23

Inicia-se então a fase propriamente histórica de nossa língua, que, como todo idioma dotado de vitalidade, não se tem mantido uniforme nem no tempo, nem no espaço. (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 18)

Sentidos filiados ao biologismo historicista se inscrevem na SD 23. O enunciado “**idioma dotado de vitalidade**” faz referência ao modelo arbóreo, à língua como um organismo vivo (AUROUX, 2008). O discurso da evolução biologista se repete em “**não se tem mantido uniforme nem no tempo, nem no espaço**”, enunciado no qual se inscreve um sentido de “mudança” que não refere o surgimento do novo, do diferente – a língua continua sendo a mesma para brasileiros e portugueses (“nossa língua”), com algumas variações dialetais.

Contudo, a Língua Portuguesa do Brasil e de Portugal não são a mesma língua. Assumimos com Orlandi (2009) que aconteceu a descolonização linguística, “esse imaginário no qual se dá também um acontecimento linguístico desta vez sustentado no fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação”. Entretanto, como analisamos na SD 23, a escritura da história brasileira da Língua Portuguesa continua sendo conformada por sentidos que deslizam entre a unidade imaginária (portuguesa) e a diversidade concreta (brasileira), predominando aquela.

Entendemos que o sentido não está nas palavras e que o dizer pode se inscrever em diferentes formações discursivas. Depreendemos essa contradição constitutiva da linguagem no material que analisamos. É possível compreender que no processo de escritura da história brasileira da Língua Portuguesa, inscrevem-se diferentes formações

discursivas. Além da formação discursiva da colonização, depreendemos a formação discursiva da descolonização, como na sequência discursiva abaixo:

Sequência discursiva 24

O nacionalismo que caracterizou a época reclamava que os brasileiros ficassem independentes também linguisticamente. Portanto, já falávamos o brasileiro. (CASTILHO, 2010, p. 185)

Nomear a língua como “**brasileiro**”, como na SD 24, é estar filiado a uma memória que desloca a referência da língua de Portugal para a nação brasileira. Erguem-se fronteiras pelo discurso da descolonização linguística, formando nações diferentes a partir da nomeação da língua. Deslocando para o nosso objeto de pesquisa, compreendemos com Seriot (2001) que “o que está em questão não é a adequação das palavras às coisas, mas o fato de que certas palavras são aceitas ou não, são tomadas por adquiridas ou não, para designar comunidades, isto é, para agrupar ou para separar. É o nome que faz a fronteira”.

Na SD 24, nomear como “**brasileiro**” a língua falada no Brasil é separar as nações, é criar uma fronteira entre Brasil e Portugal. Ao mesmo tempo em que nomear como “Língua Portuguesa” pode produzir o efeito de unidade, dar um nome diferente para a língua constrói um espaço discursivo outro, possibilita-nos a compreensão de sentidos de uma formação discursiva diferente. Os sentidos de uma nação brasileira se formulam também pela forma de nomear a língua.

Essa nação brasileira é compreendida por nós pelos processos de significação e construção de um imaginário social, que desvincula a história do Brasil da história europeia. Entendemos que o sentido de nação não se reduz a “agrupamento político autônomo que ocupa território com limites definidos e cujos membros respeitam instituições compartilhadas (leis, constituição, governo)” (HOUAISS, 2009). Há processos de identificação cultural e histórica envolvidas na constituição de uma memória nacional, não raramente vinculada a um colonizador, como é caso do Brasil. Portanto, além do território, como afirma o dicionário, entendemos

Etnia, território e língua como paradigmas indispensáveis para que os indivíduos sejam interpelados ou identificados como sujeitos desta ou daquela Nação, e para que cada Estado possa ser identificado como uma “unidade” que não se pode separar simplesmente em termos de fronteira ou dos registros jurídicos que atestam que um determinado indivíduo possua esta ou aquela nacionalidade. (ZANDWAIS, 2013, p. 266).

Compreendemos com Zandwais (2013, p. 264) que “a própria história tem nos provado que seria rara uma nação com uma ‘unidade histórica’, na proporção em que a história dos países é constituída pela hibridez do convívio entre colonizadores e colonizados”. A memória do colonizador se inscreve no discurso do colonizado, produz sentidos na constituição da “nova” nação, mistura-se com as significações próprias do povo colonizado.

Falar o “**brasileiro**” (SD 24) é construir sentidos para uma nação com a sua própria língua, sem a submissão ao colonizador. Considera-se a língua determinante no processo de independência, portanto, compreendemos que “quaisquer que sejam os acontecimentos históricos e os paradigmas que definem uma ação, a categoria da língua está sempre articulada a estes” (ZANDWAIS, 2013, p. 266). Na constituição da nação brasileira a língua é fator essencial e produz sentidos na história, pois

Todos os processos de produção de sentidos, as diferentes formas de produção da consciência dependem tanto dos processos de simbolização como de uma materialidade simbólica que encontra na língua as formas e os meios de sua produção, de tal modo que a força mais expressiva da identidade de um Estado-Nação poderia ser representada pela língua. (ZANDWAIS, 2013, p. 265).

A partir disso, entendemos que a posição sujeito na SD 24, ao conformar sentidos de uma identidade brasileira, com uma língua brasileira, se inscreve na discursividade da descolonização, de uma nação brasileira separada política e linguisticamente da Europa, com seu território, leis e língua próprios. A unidade imaginária e a diversidade da língua funcionam juntas, conformando sentidos para a história da Língua Portuguesa no Brasil.

4.2 A CONTRADIÇÃO NA HISTÓRIA BRASILEIRA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Discursivamente entendemos que a contradição é constitutiva do discurso (ORLANDI, 2013, p. 74). Com isso compreendemos que a língua não é fechada, é passível de falha, de equívoco e contradição. Os sujeitos e os sentidos se constituem ao mesmo tempo, considerando ainda que os sentidos podem ser sempre outros, essa é a abertura do simbólico. Os sentidos se conformam na língua em sua relação necessária com a história, pois a língua por si só não significa, ela precisa que a história intervenha.

Concordamos com Pêcheux (2009) que a língua não é uma superestrutura, fechada, homogênea. Com Pêcheux e Gadet (2004, p. 52) entendemos que há o real da língua “o impossível que lhe é próprio”, que não se toca, que não se aprende e não se ensina, apenas nos encontramos com ele. Este “é cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do Witz e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo” (PÊCHEUX; GADET, 2004, p. 55).

Neste sentido, entendemos que a língua é falha, não transparente e possui materialidade. Os sentidos se constituem na história. Pelo trabalho da ideologia produzem-se evidências de um sempre já-lá, como se os sentidos se constituíssem naturalmente, porém, compreendemos que “uma ideologia é não-idêntica a si mesma, ela não existe a não ser sob a modalidade da divisão, ela não se realiza senão dentro da contradição que organiza nela a unidade e a luta dos contrários” (PÊCHEUX, 2011a, p. 187). É nesse constante ir e vir de sentidos que se constitui o discurso, tomado não como um conjunto de textos, mas como uma prática.

Discursivamente, consideramos como constitutivo do processo de produção dos discursos o equívoco e a contradição. Interessa-nos especificamente o trabalho da contradição, em especial na escritura da história brasileira da Língua Portuguesa. Entendemos a contradição de acordo com Pêcheux (2009, p. 134, grifo do autor), que a define como “a oposição de duas forças que se exercem uma contra a outra *em um mesmo espaço*”. Neste trabalho, compreendemos o funcionamento da contradição quando os discursos da colonização e descolonização funcionam ao mesmo tempo.

Assim como Orlandi (2012, p. 104), discursivamente tomamos que “a ideologia funciona pelo equívoco e se estrutura sob o modo da contradição”. A autora faz distinção entre as noções de falha e de equívoco:

A língua é capaz de falha. Essa possibilidade – a falha – é constitutiva da ordem simbólica. Por seu lado, o equívoco já é fato de discurso, ou seja, é a inscrição da língua (capaz de falha) na história que produz o equívoco. Este se dá portanto no funcionamento da ideologia e/ou do inconsciente. O equívoco é a falha da língua, na história. (ORLANDI, 2012, p. 103).

Levando-se em conta a relação entre sujeito, ideologia, história, linguagem e discurso é que pensamos a resistência, que constitui outras posições sujeito. Como Orlandi (2012, p. 107) formula sobre a resistência: “está também aí, mais um dos modos de se

pensar a contradição, a forma material, a discursividade como efeito da língua na história. Sujeita a equívoco”.

A contradição produz o equívoco e possibilita a resistência. Vale ressaltar que concebemos, na perspectiva da AD, a contradição de maneira diferente do que é o contraditório. Entendemos que a contradição é o funcionamento do um no outro; já o que é contraditório disputa um mesmo espaço, em oposição. O contraditório é uma disputa de sentidos, a contradição é o funcionamento de um discurso em outro discurso.

Pelo funcionamento do interdiscurso, os discursos são dispersos. Em nosso caso, compreendemos que por meio da memória podem se constituir sentidos para uma unidade imaginária da língua, bem como para a heterogeneidade que funda a língua brasileira para a colonização e para a descolonização. Todos estes discursos funcionam juntos, em diferentes relações de sentidos, conformando sentidos na escritura brasileira da história da Língua Portuguesa. Por se constituírem e funcionarem juntos, ocupando um mesmo espaço de sentidos, é que compreendemos a contradição funcionando nessa história. Assim como Orlandi (2013, p. 32) compreende a contradição em seu objeto de análise, afirmamos com a autora que existe

alguma coisa mais forte – que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai se historicizando aqui e ali, indiferentemente, mas marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder – traz em sua materialidade os efeitos que atingem esses sujeitos apesar de suas vontades. (ORLANDI, 2013, p. 32).

Assumimos que “o que é dito em outro lugar também significa em ‘nossas’ palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele” (ORLANDI, 2013, p. 32). A partir disso, compreendemos que mesmo discursivizando uma história brasileira da Língua Portuguesa, estão funcionando efeitos de sentido de uma perspectiva lusófona. A memória da colonização emerge como “alguma coisa mais forte” e produz sentidos mesmo no discurso da diversidade das línguas, como depreendemos na sequência:

Sequência Discursiva 25

Por ora é ainda difícil prever que rumo tomará a língua dos brasileiros. Mas parece inevitável que PB e PE aprofundem suas diferenças.

A crescente importância do Brasil no cenário internacional mostra claramente que chegou a hora e a vez do português brasileiro. Chegou a hora, também, para que se trace uma vigorosa política linguística para o PB, ancorada em sua continuada documentação e análise, no estudo de sua história, na melhoria de seu ensino como língua materna e numa grande cruzada em favor da difusão do PB como língua estrangeira, em que Portugal tem reinado soberano com seu Instituto Camões. Vamos ajudar os portugueses a difundir a língua. (CASTILHO, 2010, p. 197)

Funciona na SD 25 a contradição que significa a unidade imaginária e a diversidade concreta da Língua Portuguesa. É possível depreender a inscrição da discursividade da descolonização no enunciado “**língua dos brasileiros**”, também em “**PB e PE aprofundem suas diferenças**” e ainda “**vigorosa política linguística para o PB**”. Nesses recortes da SD funciona um discurso que significa a Língua Portuguesa em sua heterogeneidade.

Porém, depreendemos que funciona um pré-construído ao final da SD 25, inscrevendo o discurso da colonização. Em “**Vamos ajudar os portugueses a difundir a língua**” entendemos que trabalham sentidos de unidade, de um pré-construído que a língua é dos portugueses, que os brasileiros falam a mesma língua que os portugueses e, portanto, devem ajudar a difundir essa “sua” língua única – “a língua”. Nesta SD compreendemos o funcionamento de ambos os discursos sobre a Língua Portuguesa, tanto a discursividade da colonização quanto a da descolonização.

Tomamos como Orlandi (2012a, p. 70) que “o texto é atravessado por várias posições do sujeito”, o equívoco afeta a constituição dos discursos, conformando sentidos outros. O discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito (ORLANDI, 2012a, p. 70), portanto, entendemos que a constituição do discurso não é homogênea. Assumimos que o discurso possui um funcionamento que permite tomar “a língua como condição material de base (sujeita à falha) dos processos discursivos, produzindo (-se no) equívoco” (ORLANDI, 2008, p. 34).

Entendemos que o discurso da descolonização desliza, conformando sentidos da colonização no dizer “**Vamos ajudar os portugueses a difundir a língua**”. Discursivamente assumimos que “a constituição do texto, do ponto de vista da ideologia, não é homogênea. O que é previsível, já que a ideologia não é uma máquina lógica, sem descontinuidades, contradições etc. É isto que as diferentes posições sujeito representam no texto”. (ORLANDI, 2012a, p. 71).

Entendemos que há sempre discursos dominantes, e que “toda dominação ideológica é antes de tudo uma dominação interna” (PECHÊUX, 1990, p. 16), mas a resistência é possível e torna a dominação ideológica um jogo de ir e vir dos sentidos e da constituição dos sujeitos. Pêcheux (1990, p. 17, grifo do autor) afirma que “levar até as últimas consequências a interpelação ideológica como *ritual* supõe o reconhecimento de que não há um ritual sem falha, desmaio ou rechadura”.

A ideologia constitui sujeitos e sentidos. Consideramos com Pêcheux (2012, p. 97) que as ideologias dominadas são “uma série de efeitos ideológicos que emergem da dominação e que trabalham contra ela por meio das lacunas e das falhas no seio dessa própria dominação”. Do discurso da colonização escapam sentidos que constituem o dizer sobre a história da língua:

Sequência Discursiva 26

Embora a língua empregada no Brasil e em Portugal seja a mesma, sabemos que, em cada um desses países, ela apresenta peculiaridades. (MESQUITA, 2009, p. 25)

Há, na SD 26, o funcionamento de um dizer sobre a língua como instrumento, como ferramenta, que é “**empregada no Brasil e em Portugal**”. Essa maneira de tomar a língua está presente nas teorias comunicacionais, produzindo sentidos da língua com funcionalidade e que possui um objetivo, a comunicação. “**Empregar**” a língua é toma-la pragmaticamente pelos sentidos de utilidade, presentes principalmente na linguística depois da segunda metade do século XX.

Compreendemos que na SD 26 os sentidos se formam por uma discursividade colonialista, mas escapam para a descolonização quando se formula que a língua “**apresenta peculiaridades**”. Entendemos que há o funcionamento do um no outro, que neste recorte se instala uma contradição entre uma “**mesma**” língua e as “**peculiaridades**” de cada língua. Reproduzem-se sentidos da colonização linguística.

Na reflexão sobre a linguagem, considerando a inevitável relação entre o empírico, o simbólico e o político, pensamos que o modo de produzir a textualização é resultado de uma multiplicidade de sentidos possíveis (ORLANDI, 2012). A subjetivação produz uma textualidade que se filia às formações ideológicas determinantes, assim como é possível observar na SD 26. Nesta sequência, a formulação resulta de um processo de subjetivação do gramático, do qual não tem controle. Deslocamos para nosso material a reflexão de

Orlandi (2012, p. 115) na qual a autora formula que “o discurso se representa na sua materialidade lingüístico-histórica por uma matéria empírica, o texto, que lhe é heterogênea. O que aí está em questão é a forma material, isto é, a projeção da discursividade no texto”.

Reforçamos assim a perspectiva discursiva, na qual nos inserimos, e compreendemos com Pêcheux (2012, p. 96, grifo do autor) o deslocamento do controle pela língua e passamos a tomar o discurso como materialidade da ideologia, e entendemos que

Não há como não notar o fato de que considerar a ideologia do ponto de vista das “relações de produção” necessariamente implica, para um marxista, em também considera-la do ponto-de-vista da *resistência* à reprodução, ou seja, da perspectiva de uma multiplicidade de resistências e revoltas heterogêneas que se entocam na ideologia dominante, ameaçando-a constantemente. (PÊCHEUX, 2012, p. 96, grifo do autor).

Não há como fugir à ideologia. Não tomamos como “conteúdos” ideológicos, mas como funcionamentos no modo de produção dos sentidos ideologicamente determinados em processos históricos, sociais, ideológicos que dão certa conformação à língua. Entendemos que o que caracteriza a objetividade material ideológica é a “estrutura de desigualdade-subordinação do ‘todo complexo com o dominante’ das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes” (PÊCHEUX, 2009, p. 134).

É neste processo que o discurso se estrutura. Nessa perspectiva, a escritura da história brasileira da Língua Portuguesa é constituída por diferentes formações discursivas, e nelas a contradição se produz conformando sentidos no dizer dos sujeitos-autores do material da análise. Entendemos com Orlandi (2012a, p. 72) que “os mecanismos enunciativos não são unívocos nem autoevidentes. São construções discursivas com efeitos de caráter ideológico”. Assim, assumimos o fato de que quando analisamos a sequência discursiva, atingimos o modo pelo qual o texto é atravessado pelas diferentes FDs.

É importante também considerar o efeito de pré-construído, assim como Pêcheux (2009, p. 142, grifo do autor) compreende “*como uma modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito... ao mesmo tempo em que é*

‘*sempre-já sujeito*’”, pois assumimos que sujeitos e sentidos se constituem ao mesmo tempo.

Neste “*entre a estranheza familiar desse fora situado antes, em outro lugar, independentemente, e o sujeito identificável, responsável, que dá conta de seus atos*” que compreendemos o funcionamento contraditório. Este processo de funcionamento do discurso tem como “sustentáculo o círculo que liga a contradição sofrida (isto é, ‘estupidez’) à contradição apreendida e exibida (isto é, ‘ironia’)” (PÊCHEUX, 2009, p. 142).

É nesse efeito do trabalho ideológico dos sentidos que compreendemos que há funcionando no discurso da colonização também o discurso da descolonização. A contradição observada nas SDs possibilita compreender como o discurso desliza, e os sentidos não são controláveis. Esses sentidos que se movem, constituem diferentes políticas de línguas, conformam sentidos para o Estado e o sujeito. Pensando o Estado brasileiro e sua formação histórica engendrada pelas diferentes línguas que o constituem, consideramos como Orlandi (2009, p. 157) que

No Brasil, a pluralidade lingüística e cultural, como dissemos, é uma marca de nascença politicamente significada. Assim como nossa biodiversidade. Isto não significa que não temos, como qualquer outro país, em razão da relação da língua ao Estado, uma identidade ideal face à nossa diversidade lingüística concreta. Ao falarmos a língua brasileira, como língua nacional e oficial, nós coexistimos em nosso cotidiano, com muitas outras línguas e somos ao mesmo tempo falantes de uma língua latina, de uma língua que se inscreve na história européia da língua portuguesa, fazendo parte de grupos que falam línguas românicas. Esta ambigüidade nos dá uma particularidade lingüística politicamente significativa. Melhor seria talvez falar em origens da língua. No plural. (ORLANDI, 2009, p. 157).

Entendemos, assim, que a construção da história da língua possui sentidos filiados a diferentes FDs. Compreendemos que a discursividade dominante no material analisado é a da lusofonia, porém, sentidos da descolonização se inscrevem, filiando a língua à nação brasileira, em uma história particular e que constitui sentidos de diversidade para a Língua Portuguesa.

A contradição conforma, portanto, efeitos de sentido e engendra significações na escritura da história brasileira da Língua Portuguesa:

Sequência Discursiva 27

A situação linguística do Brasil dá origem a debates periódicos sobre se o português e o brasileiro são línguas separadas. No entanto, essa controvérsia não costuma passar além dos círculos acadêmicos, e a maior parte das autoridades, assim como os leitos, preferem acreditar que se trata de uma só língua [...]. (PERINI, 2010, p. 44)

A construção dos sentidos na SD 27 passa também pela nomeação, como tratamos anteriormente. As línguas são nomeadas de modos diferentes, o que constrói uma “fronteira” entre elas, sendo ela reforçada pelo dizer “**são línguas separadas**” inscrevendo esse dizer em um discurso da descolonização, em que existe “**o português e o brasileiro**”, distintamente. Porém, na SD acima, o mesmo autor formula que “**se trata de uma só língua**”. Desse modo compreendemos que a contradição funciona na SD 27, ela é constitutiva da discursividade inscrita na gramática de Perini (2010).

A contradição conforma sentidos para a história brasileira da Língua Portuguesa. Entendemos ainda que há outros modos de compreender a história, outros pontos de vista e perspectivas que não essas das gramáticas, que funcionam como ferramentas de ensino para uma história construída e formulada, em geral, a partir de uma cronologia uniforme e, predominantemente, colonizadora. Diferentemente da história textualizada nessas gramáticas, há a construção de um conhecimento sobre a língua através da perspectiva que à qual nos inscrevemos, a História das Ideias Linguísticas.

4.3 HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA: A PERSPECTIVA DA HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS

Os estudos sobre a linguagem no Brasil iniciaram no século XVI, no período em que houve a gramatização massiva no mundo. Esses estudos fizeram parte da evangelização ocorrida no Brasil à época. A descrição de uma língua brasileira é resultado da colonização, pois os jesuítas entendiam que “o melhor era aprender a língua dos povos que deviam evangelizar” (GUIMARÃES, 2004, p. 23). Assim, a primeira iniciativa de descrição linguística propriamente brasileira foi acerca de uma língua indígena, conforme Orlandi (2001), produziu-se uma gramática para facilitar as relações de trabalho de catequese.

A partir de 1850, entendemos com Guimarães (2004) que novas ideias sobre a língua no Brasil passam a se configurar, e este processo é parte da configuração de um

Estado, uma nação brasileira, distanciada da metrópole. A partir deste momento, passa-se a formular, com mais regularidade, que a língua nacional do Brasil é outra, não é a Língua Portuguesa de Portugal. Em 1880, quando a gramatização brasileira do Português inicia, Guimarães (2004, p. 43) explica que começa também um “debate muito particular, entre o purismo e o específico do Brasil, que constitui duas temporalidades distintas, cada uma delas configura um passado para si e projeta um futuro”. No purismo sustenta-se a unidade da língua, mas quando se passa a considerar o específico do Brasil há um argumento novo, de autoria brasileira, uma língua própria daqui com suas características e particularidades.

A escritura brasileira da história da Língua Portuguesa pode ter diversas formulações, ser construída de diferentes formas. Tomamos pela perspectiva da HIL no Brasil que uma “história das ideias envolve de um lado três tipos de elementos: as instituições, os acontecimentos nas instituições que organizam as práticas de produção de conhecimento, as obras que formulam este conhecimento” (GUIMARÃES, 2004, p. 11). Para a produção dessa história, consideramos com o autor que seus instrumentos dependem da concepção de história ou instituição que se adota. Portanto, assumimos que

Fazer História é compreender os acontecimentos humanos ao conta-los. Em outras palavras, é compreender os sentidos dos acontecimentos humanos. Uma História é, então, de um lado, o relato de fatos acontecidos com certos personagens, e de outro, é a compreensão destes fatos quando tomados como acontecimentos e enquanto tais contados. (GUIMARÃES, 2004, p. 12).

Em nosso trabalho, ao pensarmos a escritura brasileira da História da Língua Portuguesa, então, coadunando com o autor, entendendo que interessa compreender acontecimentos que em diferentes momentos da história configuram, constroem, a história da língua. Fazer a história da Língua Portuguesa, na perspectiva da HIL, requer “a desautomatização das narrativas cronológicas e dos relatos tornados oficiais pelo próprio movimento da História” (GUIMARÃES, 2004, p. 12).

A história da língua que compreendemos pela HIL se produz materialmente determinada por condições históricas singulares. Essas condições promovem a relação do sujeito com os sentidos, e configuram o modo de produção dos instrumentos linguísticos da sociedade, fazendo a história da língua. Entendemos que isso nos permite afirmar que os dicionários e gramáticas “são um excelente observatório da constituição dos sujeitos,

da sociedade e da história” (ORLANDI, 2001, p. 9). Os sujeitos, conformados por essa história, são também aqueles que produzem a história e suas versões.

As variadas formas de interpretar a disjunção histórica ocorrida entre o Português Brasileiro e o Português Europeu conformam a construção de diferentes perspectivas da história da língua. Compreendemos com Guimarães (2004, p. 15) que “o conhecimento é produzido por práticas específicas de profissionais específicos” (GUIMARÃES, 2004, p. 15). Esses profissionais são professores, escritores, gramáticos e estudiosos da língua, que ao formular a diferença entre as línguas entendem que as condições de funcionamento da língua no Brasil são outras, e assim, a língua brasileira é outra, singular.

Formou-se no Brasil um novo espaço de produção linguística, o lugar de memória da língua não é mais Portugal, e sim este lado do Atlântico. Portanto, a língua se historicizou de modo diverso.

A escritura da história resulta da interpelação ideológica do sujeito, ela se dá por filiações de sentidos. Desse modo, assumimos que uma história das ideias

Trata-se de poder acompanhar como certos conceitos, certas noções, certas categorias se constituíram e como ao permanecerem mudaram, ou ganharam contornos específicos. Ou seja, em que momento encontramos acontecimentos pelos quais um conceito se constitui, permanece ou se torna outro. (GUIMARÃES, 2004, p. 12).

Discursivamente, pensamos que esses acontecimentos produzem certo conhecimento sobre a língua, que pode ser equívoco, sujeito à falha e dar lugar a diferentes perspectivas, novas filiações teóricas e modos de construir o saber, pois são determinadas histórica e ideologicamente. Assim, consideramos o simbólico em sua relação com o político, compreendendo a língua como constitutiva das relações de poder, conformação de um Estado e singularização de um povo, neste caso, do Estado e do povo brasileiro. A HIL pressupõe atentar para o percurso das línguas, que significam na história dos sujeitos e do Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da compreensão da história como produção de sentidos é possível depreender que diferentes significações funcionam na escritura brasileira da história da Língua Portuguesa. Identificamos duas discursividades principais produzindo sentidos nas gramáticas analisadas, as discursividades da descolonização e da colonização, essa última sob a forma da filiação à história da língua latina formulada pelos europeus e à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Compreendemos que o discurso da lusofonia, da colonização linguística, é predominante em nosso arquivo, a língua é significada em relação à história e acontecimentos europeus, o que produz efeitos de unidade para a Língua Portuguesa. No discurso da colonização é a língua do dominador que legitima, é com a sua referência que a língua do colonizado é historicizada.

Na discursividade que filia a Língua Portuguesa do Brasil ao Latim, a concepção de língua é étnico, geneticista, biologista toma a língua como um organismo vivo em evolução, mas sempre a mesma, devido às origens. Cria-se, a partir dos sentidos produzidos por essa filiação, uma relação política de pertencimento a uma memória, a uma história, no caso, a do colonizador europeu.

Analisando a história da Língua Portuguesa filiada a uma discursividade que se relaciona à CPLP, compreendemos que funciona aí a perspectiva de uma língua para o uso, uma língua como meio ou ferramenta de comunicação. Mas, principalmente, trata-se de uma discursividade que uniformiza a relação entre as línguas e produz uma dominação eurocêntrica, um discurso da colonização linguística que constrói a unidade da Língua Portuguesa.

Entendemos ainda que a discursividade da CPLP filia o discurso sobre a Língua Portuguesa ao discurso da mundialização, que universaliza as línguas, apagando-lhes as diferenças e singularidades, numa disputa por mercados. Entendemos com Orlandi (2007, p. 61) que “o universalismo não é natural mas construído historicamente”.

Compreendemos que a língua nacional e oficial do Brasil possui uma diversidade de determinações históricas. Essa diversidade, apagada pelo discurso da lusofonia dominante no material analisado, instala a contradição na escritura da história dessa língua. Há o funcionamento discursivo da descolonização e da colonização, contradição

essa que conforma sentidos e saberes sobre a língua nos instrumentos linguísticos analisados.

Há a predominância de um discurso da colonização, no entanto, ressoa uma resistência brasileira na construção da história da língua. Funcionam juntas as duas discursividades, uma na outra, compreende-se assim a contradição presente no discurso das gramáticas, pois se inscrevem no dizer dos gramáticos sentidos de que há uma língua brasileira, escapam sentidos de que no Brasil a língua se historiciza de maneira diferente.

O discurso da colonização desliza para a descolonização nas formulações que nomeiam (determinam) a língua como brasileira, que consideram os falantes do Brasil separadamente daqueles de outros países colonizados, ou mesmo que contam uma história outra da língua no Brasil, com outras filiações.

Há nessas formulações a contradição, esta que se dá no trabalho da autoria, pois os sujeitos são conformados pela ideologia e mesmo com a ilusão da transparência do seu dizer, os sentidos escapam, pois estes não são controláveis. Tomamos então com Courtine (1999, p. 18, grifos do autor) que “há *sempre já* um discurso, ou seja, que o *enunciável* é exterior ao sujeito enunciadador.”

Comprendemos, ainda, que a língua é sempre sujeita à falha e ao equívoco, pois o seu funcionamento não é linear e homogêneo, é sim um processo, o funcionamento da língua ocorre na história, os sentidos se conformam ao modo que ressoam na história (ORLANDI, 2009). Disso resulta que os sentidos não são totalmente controláveis. Por isso é que nas gramáticas analisadas há restos do discurso da descolonização, junto ao discurso da lusofonia.

Memória e esquecimento são indissociáveis no processo de escritura da história da Língua Portuguesa nas gramáticas analisadas.

A construção da história nas gramáticas apaga o modo materialista de entender a história da língua, apaga-se a diferença e é construída a homogeneidade linguística.

É pelo discurso lusófono que se constitui a escritura brasileira da história da Língua Portuguesa. Há o predomínio da unificação linguística, que dá ênfase há a uma história pautada cronologicamente em acontecimentos discursivizados da posição do colonizador. Mas a contradição que se instala nesse discurso faz-nos compreender a resistência, a discursividade que historiciza a língua do Brasil de modo diferente, com seus próprios acontecimentos. Comprendemos, assim, que há, sempre, possibilidade de a história ser outra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes. **Gramática metódica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1961.

ALI, Manoel Said. **Gramática histórica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1965.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2009.

_____. **A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências**. Campinas, SP: Editora RG, 2008.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

BARROS, José D'Assunção. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

BRANCO, Luíza Kátia Andrade Castello. **A língua em além-mar: sentidos à deriva – o discurso da CPLP sobre a língua portuguesa**. Campinas, SP: [s.n.], 2013 (Tese de Doutorado).

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. **A sociedade em rede: do conhecimento à acção política**. Imprensa Nacional, 2005.

CERTEAU, Michel De. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; *revisão técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

COURTINE, Jean-Jacque. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.

_____. O chapéu de Clémentis. In.: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 2010. Disponível em: <<http://www.cplp.org/>>. Acesso em: 8 jul. 2014.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro Ferreira. **A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**: da ambigüidade ao equívoco. [Dissertação de Mestrado]. Campinas, SP: Unicamp, 1994.

GEOFFREY, Bennington. **Jacques Derrida**. Tradução de Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) [et al.]. **Gestos de Leitura**: da história no discurso. 3 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. São Paulo: Pontes, 2002

_____. **História da Semântica**. São Paulo: Pontes, 2004.

HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) [et al.]. **Gestos de Leitura**: da história no discurso. 3 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

_____. **Construções relativas e articulações discursivas**. Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas, n. 19, p. 43-64, jul-dez, 1990.

HOBSBAWN, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In.: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1984.

HOUAISS, Dicionário Eletrônico. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Objetiva; Instituto Antônio Houaiss, 2009. (CD-ROM)

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**: uma análise do discurso presidencial da Terceira República Brasileira (1964-1984). Tese de Doutorado. Campinas, IEL/UNICAMP, dez. 1992.

KRISTEVA, Julia. **História da Linguagem**. Tradução de Maria Margarida Barahona. Lisboa (Portugal): Edições 70, 1969.

LAGARES, Xoán Carlos. O galego e os limites imprecisos do espaço lusófono. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (org.). **Português no século XXI**: cenário sociolinguístico. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

_____. Minorias linguísticas, políticas normativas e mercados: uma reflexão a partir do galego. In: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos (orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Texto e autoria. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; ORLANDI, Eni P. (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem: Discurso e textualidade**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

LEITE, Marli Quadros. **O Nascimento da gramática portuguesa: uso e norma**. São Paulo: Paulistana; Humanistas, 2007.

MALDIDIER, Denise. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (orgs.). **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011.

MALDIDIER, Denise; NORMAND, Claudine; ROBIN, Régine. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) [et al.]. **Gestos de Leitura: da história no discurso**. 3 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

MARIANI, Bethania. **Colonização Linguística: Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998 (Tese de Doutorado).

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso: história e práticas**. Tradução de Marcos Marcionilo. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2007.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da Língua**. Tradução de Paulo Sérgio de Souza Júnior. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

NUNES, José Horta. Uma articulação da análise de discurso com a história das idéias linguísticas. **Letras (UFSM)**, v. 18, p. 107-124, 2008.

_____. Léxico e língua nacional: apontamentos sobre a história da lexicografia no Brasil. In.: ORLANDI, Eni (org.). **História das idéias linguísticas no Brasil: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 11 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

_____. **Discurso e Texto: Formulação e Circulação de Sentidos.** 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

_____. **Discurso e Leitura.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012a.

_____. Propaganda política e língua de Estado: Brasil, um país de todos. In: _____. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia.** Campinas, SP: Pontes, 2012b. p. 107-128.

_____. **A linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso.** 6 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 6ª ed. 2ª reimp. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011a.

_____. Análise de Discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; ORLANDI, Eni P. (orgs). **Introdução às ciências da linguagem: Discurso e textualidade.** 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

_____. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia – discurso eletrônico, escola, cidade. In: **Revista RUA. Campinas, SP, v. 2, n. 16, nov., 2010.**

_____. **Língua Brasileira e Outras Histórias: Discurso sobre a língua e ensino no Brasil.** Campinas: Editora RG, 2009.

_____. Espaço da violência: o sentido da delinquência. In: **Caderno de Estudos Linguísticos.** Campinas, v. 51(2), p. 219-234, jul./dez, 2009a.

_____. **Terra à vista: Discurso dos confrontos: velho e novo mundo.** 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

_____. (org). **Política Lingüística no Brasil.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

_____. (org.). **Para uma enciclopédia da cidade.** Campinas, SP: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003.

_____. Vão surgindo sentidos. In: _____. (org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional.** 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003a.

_____. **Língua e conhecimento linguístico: Para uma história das Ideias no Brasil.** São Paulo: Cortez. 2002.

_____. Apresentação. In: _____ (org.). **História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional.** Campinas: Pontes Editores, 2001.

_____. Discurso: fato, dado, exterioridade. In: CASTRO, Maria Fausta Pereira de (org.). **O método e o dado no estudo da linguagem.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

_____. O lugar das sistematicidades lingüísticas na análise de discurso. **D.e.l.t.a: Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 10, n. 2, p.295-307, fev. 1994. Semestral.

_____. Análise de discurso: algumas observações. **D.e.l.t.a: Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 105-126, 1986.

_____. Segmentar ou recortar? In: **Lingüística: questões e controvérsias.** Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

ORLANDI E. P.; DE SOUZA, T.C.C. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). **Política lingüística na América Latina.** Campinas: Pontes, 1988.

ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo. **Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil.** In: _____ (org.). **História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional.** Campinas: Pontes Editores, 2001.

_____ (orgs.). **Institucionalização dos Estudos da Linguagem: A disciplinarização das idéias lingüísticas.** Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. O conhecimento sobre a linguagem. In.: PFEIFFER, Claudia C.; NUNES, José Horta. **Linguagem, história e conhecimento.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. **Lingüística Histórica.** In: Claudia Pfeiffer; José Horta Nunes. (Org.). **Introdução às Ciências das Linguagem: Língua, Sociedade e Conhecimento.** 1 ed. Campinas: Pontes, 2006, v. 3, p. 11-48.

PAYER, Maria Onice. **Reprodução, confrontos e deslocamentos de sentidos: A prática discursiva da educação popular no meio rural.** Dissertação de Mestrado. Campinas, IEL/UNICAMP, 1992.

PÊCHEUX, Michel. Língua, linguagens, discurso. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (orgs.). **Legados de Michel Pêcheux: Inéditos em análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Remontemos de Foucault a Spinoza. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.) **Análise de Discurso: Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011a.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução: Bethania S. Mariani... [et al.]. 4.ed., Campinas: Unicamp, 2010a. p. 59-158.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. (org) **Papel da Memória**. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 3.ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2010b. p. 49-57.

_____. [1975]. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Pulccinelli. **Gestos de Leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

_____. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora Unicamp, jul./dez. 1990.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux (orgs.)**. Tradução de Bethania Mariani [et. al]. 4. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. **A língua inatingível**. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.

PERRONE-Moisés, Leyla. **Com Roland Barthes**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. Tradução de Derlise Borrmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SERRANI-INFANTE. (2001) “Resonâncias discursivas y cortesía en prácticas de lecto-escritura”. **D.E.L.T.A.**, 17, 2001, p. 31-58.

SERIOT, Patrick. Ethnos e demos: a construção discursiva da identidade coletiva. In.: **Revista Rua**, Campinas, SP: Unicamp, v. 7, p. 11-20, 2001.

SILVA, Livia Helena Moreira e. Unidade e Diversidade: Os sentidos do idioma nos estudos sobre a Língua Portuguesa. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO - SEAD, 6., 2013, Porto Alegre. **Anais...** . Porto Alegre: ., 2013. p. 1 - 6.

SILVA SOBRINHO, José Simão da. “**A língua é o que nos une**”: língua, sujeito e Estado no Museu da Língua Portuguesa. Campinas: s.n., 2011 (Tese de Doutorado).

_____. Museu da Língua Portuguesa: instrumento linguístico em tempos da ideologia do lazer. **Letras** (UFSM), v. 23, n. 46, p. 307-315, jan./jun. 2013.

ZANDWAIS, Ana. Como caracterizar uma nação: entre os domínios históricos e discursivos. In.: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. **Análise de Discurso em Perspectiva: Teoria, método e análise**. Santa Maria: Editora UFSM, 2013.